

# PUBLICIDADE LEGAL

**GAM3 PARKS SPE S.A.** CNPJ 40.141.808/0001-03 - NIRE 43 3 0006570 7

**Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** Pelo presente edital, convocamos a totalidade dos acionistas, de acordo com o Estatuto Social da **GAM3 PARKS SPE S.A.**, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 03 de junho de 2025, às 14hs em primeira convocação, às 14:15hs em segunda convocação e 14:30hs em terceira e última convocação, conforme determina o Estatuto Social, pela plataforma digital Google Meet Link da videochamada: <https://meet.google.com/myc-pvoz-dwj> ou disque: +55 41 4560-9746 PIN: 169076208; mais números de telefone: <https://tel.meet/myc-pvoz-dwj?pin=3880265993072>; para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras (Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Parecer da Auditoria Externa) referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024, com os respectivos pareceres de auditoria; 2) Aprovação das contas da administração; 3) Re-ratificação da ata da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 10/10/2024; 4) Assuntos Gerais. Porto Alegre, 20 de maio de 2025. **Carla Deboni Beraldin** - Presidente.

## Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E  
INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

**DIRETO NO SEU  
WHATSAPP**

Escaneie o  
**QRCode** e  
acesse o  
canal  
do JC

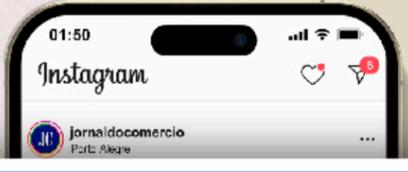


# PUBLICIDADE LEGAL

**GRANJAS 4 IRMÃOS S.A. AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO** - CNPJ n. 92.193.135/0001-39 - NIRE n. 433.000.174-78 - **CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - Convocamos os acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no prédio da sede da Companhia, em Porto Alegre, RS, na Av. Carlos Gomes, n. 328, no salão de eventos no subsolo, no dia 06 de junho de 2025, às 10 horas, para tratar da seguinte ordem do dia: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **d)** fixar a verba para remuneração dos administradores. Porto Alegre, 23 de maio de 2025. Urbano Roxo de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração

**Jornal do Comércio 91 ANOS**  
O jornal de economia e negócios do RS

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E  
**DECIDA COM CONFIANÇA.**



Telefone: (51) 3213.1300  
WhatsApp: (51) 3213.1397  
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

# PUBLICIDADE LEGAL

**RDA HOLDING - NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**

CNPJ 16 529 340/0001-44 NIRE 43208393094

**REUNIÃO DE SÓCIOS: CONVOCAÇÃO:** Nos termos da Cláusula 10ª do Contrato Social vigente, ficam os Senhores sócios convocados para em reunião a se realizar no dia 05 de junho de 2025, às 09:00h, na Rua Domingos Martins, 261, Cj.101 – Bairro Centro - Canoas – RS, CEP: 92010-170, para tratar da seguinte: **ORDEM DO DIA:** Apreciação das Contas relativas aos exercícios findo em: 2020 – 2021 – 2022 – 2023 – 2024; Deliberar sobre a participação do sócio administrador nos Lucros a serem distribuídos nos termos das alternativas prevista no Parágrafo Primeiro da Cláusula 16 do Contrato Social. Porto Alegre, 22 de maio de 2025. Rene Dall'Agnol - Marli Kaspary Dall Agnol –Administradores.

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,  
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se  
à informação com apenas um clique!



**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL

## BIANCHINI S/A – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA CNPJ/MF – 87.548.020/0001-80 – NIRE/JUCERGS 43300013715 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco às 15 horas, na sede social da empresa, sita em Porto Alegre, RS, na Rua dos Andradas, 1121 – 10 andar, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas representando 79,59% do capital social da **BIANCHINI S/A – INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA**. Foi eleito para presidir os trabalhos **Aristeu Gil Alves**, e **Arlindo Bianchini** para secretariar. Assim constituída a mesa e verificada a existência de quorum, o presidente declarou aberta e instalada a Assembleia Geral, presentes os membros do Conselho Fiscal e Auditor Independente. De imediato foi feita a leitura do edital de convocação, publicado no Jornal do Comércio, no 2º Caderno, Publicidade Legal, nos dias 07, 08 e 09 de abril de 2025, às páginas, 4, 3 e 1 respectivamente, tendo como **“Ordem do Dia**: A – em Assembleia Geral Ordinária: 1) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, com pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/24. 2) – Destinação do lucro líquido do exercício e dos dividendos estatutários. 3) – Fixação da remuneração da diretoria. B – em Assembleia Geral Extraordinária: 1) – Deliberar sobre o aumento do capital social com a incorporação de lucros e reservas e consequente alteração do art. 6º do estatuto social. 2- Proposta para modificar a redação do art 3º do Estatuto Social, acrescentando mais atividades nos objetivos sociais. 3) – Consolidar o Estatuto Social, em decorrência das modificações introduzidas. Foi aprovada por unanimidade a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei 6404/76. **A - Em Assembleia Geral Ordinária**. Passando à ordem do dia, foi procedida a leitura do Relatório da Diretoria, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e as Demonstrações Financeiras, publicadas no Jornal do Comércio, no 2º Caderno, Publicidade Legal, na página 3, no dia 13 de março de 2025. Após examinados e discutidos foram aprovados por unanimidade os documentos referidos, com a abstenção dos impedidos. Por decisão unânime dos presentes ficou aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 157.170.000,00, compreendidos neste valor os juros sobre o capital próprio, calculados e creditados em 31/12/24 no valor de R\$ 105.000.000,00, que serão deduzidos dos dividendos obrigatórios previstos no estatuto da companhia, já tendo sido pagos a sua totalidade em 09 de janeiro de 2025, e o saldo de R\$ 52.170.000,00 será pago até 08 de maio de 2025 a critério da diretoria. Foi aprovada, também por unanimidade, a incorporação ao capital social da Reserva de Lucros no valor de R\$ 576.513.183,52. Foi aprovada por unanimidade a remuneração global e mensal da diretoria em até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) a partir do mês de abril do corrente ano, a ser distribuída entre os seus membros, conforme deliberação do próprio órgão. Foi decidido por unanimidade a instalação do Conselho Fiscal e eleitos os seguintes conselheiros titulares, a) Júlio Cezar Boeira Rolim, brasileiro, divorciado, contador, com escritório profissional em Porto Alegre, RS, na Av. Independência 925 Sala 911, Bairro Independência, CEP 90035-076, CPF 238.181.310-15; e CRC/RS nº 34.986; b) Aristeu Gil Alves, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Cavalhada, 5205, casa 98, CEP 91751-830, CPF 099780970-15, e OAB/RS 6.805 e c) Silvane Inácio Rodel, brasileira, separada, contadora, residente e domiciliada em Porto Alegre, RS, rua Atílio Bilibio, 251 ap. 901-F, Bairro Jardim Carvalho, CEP 91530-008, CPF 702.333.570-68, e CRC/RS nº 65.996 e suplentes na ordem respectiva dos titulares: d) Fernando Alberto Rodrigues Cruz, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado em Canoas, RS, na rua Libra, 13, Bairro Estância Velha, CEP 92031-075, CPF 457.258.370-68, e CRC/RS nº 049.829/0-7 e) Milton Dinor Deconto, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Ramiro Barcelos, 467 ap. 301, Bairro Floresta, CEP 90035-004, CPF 296.232.270-00, CRC-RS nº 43.696 e f) Márcia Porto Trindade Alves, brasileira, casada, advogada, com escritório profissional em Porto Alegre, RS, na Rua Uruguai, 287, sala 81, Centro Histórico, CEP 90.010-140, CPF 007.014.380-37, e OAB/RS nº 75.334. Foi fixada uma remuneração mensal a cada membro do conselho fiscal igual a 10% do que em média perceberem os Diretores. **B – Em Assembleia Geral Extraordinária**. Foi aprovado por unanimidade o aumento do capital social, de R\$ 1.570.000.000,00 (hum bilhão quinhentos e setenta milhões de reais) para R\$ 2.184.000.000,00 (dois bilhões cento e oitenta e quatro milhões de reais) totalizando o aumento de R\$ 614.000.000,00, mediante incorporação de R\$ 37.486.816,48 de parte da conta “Reserva Legal” e de R\$ 576.513.183,52 do saldo da conta “Reserva de Lucros”. Tendo em vista o aumento do capital social aprovado, foi alterada a redação do artigo 6º do Estatuto Social. **Artigo 6º** - O capital social é de R\$ 2.184.000.000,00 (dois bilhões cento e oitenta e quatro milhões de reais) dividido em 8.292.949 (oito milhões duzentas e noventa e duas mil novecentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em prosseguimento, foi aprovado por unanimidade, a inclusão nos objetivos sociais das seguintes atividades: o comércio atacadista de frutas e o comércio atacadista de polpa de frutas; Em consequência, a redação do artigo 3º do estatuto social passa a ser a seguinte: **Artigo 3º** - O objeto da sociedade é a indústria, comércio atacadista, varejista, exportação e importação de grãos, farelos, óleos vegetais e derivados; produção e comercialização de biodiesel; comércio atacadista de frutas; comércio atacadista de polpa de frutas; operador portuário; a prestação de serviço de recebimento, armazenagem e expedição de grãos, farelos, óleos, de origem agrícola e de outros produtos; serviços laboratoriais e análises químicas; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; assessoria e consultoria de qualquer natureza; parque de estacionamento para veículos; a prática de armazéns gerais nos termos do Decreto-Lei 1102 de 21 de novembro de 1903 e legislação complementar; o fornecimento de água potável e suprimentos em geral para bordo de embarcações; o fornecimento de água potável para moradias e instalações industriais de propriedade da empresa; agropecuária em geral e o florestamento e reflorestamento. **§ Único** – Os serviços que a sociedade prestar a seus funcionários, inerentes a medicina, química, farmácia, odontologia e outras profissões que venham a ser regulamentadas serão objeto de contratação específica para os respectivos atos profissionais pessoais físicas ou jurídicas que estejam regulares com seus respectivos conselhos profissionais e outros fiscalizadores, nessas atividades serão constituídos Responsáveis Técnicos, pelo que, agirão com total independência e autonomia, respondendo pessoalmente, por consequência, pelas eventuais falhas que cometerem. Em prosseguimento, foi aprovado por unanimidade, a consolidação do Estatuto Social, que passa a ter a redação que segue: ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - **Artigo 1º** - BIANCHINI S/A – INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação a ela aplicável. **Artigo 2º** - A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dos Andradas nº 1121 – 10 andar, podendo a sociedade, por ato da diretoria, abrir e suprimir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer ponto do território nacional. **Artigo 3º** - O objeto da sociedade é a indústria, comércio atacadista, varejista, exportação e importação de grãos, farelos, óleos vegetais e derivados; produção e comercialização de biodiesel; comércio atacadista de frutas; comércio atacadista de polpa de frutas; operador portuário; a prestação de serviço de recebimento, armazenagem e expedição de grãos, farelos, óleos, de origem agrícola e de outros produtos; serviços laboratoriais e análises químicas; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; assessoria e consultoria de qualquer natureza; parque de estacionamento para veículos; a prática de armazéns gerais nos termos do Decreto-Lei 1102 de 21 de novembro de 1903 e legislação complementar; o fornecimento de água potável e suprimentos em geral para bordo de embarcações; o fornecimento de água potável para moradias e instalações industriais de propriedade da empresa; agropecuária em geral e o florestamento e reflorestamento. **§ Único** – Os serviços que a sociedade prestar a seus funcionários, inerentes a medicina, química, farmácia, odontologia e outras profissões que venham a ser regulamentadas serão objeto de contratação específica para os respectivos atos profissionais pessoais físicas ou jurídicas que estejam regulares com seus respectivos atos conselhos profissionais e outros órgãos fiscalizadores, nessas atividades serão constituídos Responsáveis Técnicos, pelo que, agirão com total independência e autonomia, respondendo pessoalmente, por consequência, pelas eventuais falhas que cometerem. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. **Artigo 5º** - A sociedade poderá participar de outras empresas ou a elas se associar, bem como se desvincular, a critério da Diretoria. **CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES -Artigo 6º** - O capital social é de R\$ 2.184.000.000,00 (dois bilhões cento e oitenta e quatro milhões de reais), dividido em 8.292.949 (oito milhões duzentas e noventa e duas mil novecentas e quarenta e nove) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 7º** - A sociedade poderá emitir cautelares ou títulos múltiplos de ações, com os mesmos requisitos legais dos títulos definitivos representativos das ações que serão sempre assinados pelo Diretor Presidente junto com outro Diretor Corporativo. **Artigo 8º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 9º** - As ações serão indivisíveis em relação à sociedade, que reconhecerá um proprietário para cada ação. **Artigo 10** - Deliberado o aumento do capital da sociedade, caberá aos acionistas a preferência para a respectiva subscrição, na proporção das ações que possuírem. **CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO – DIRETORIA - Artigo 11** - A sociedade é administrada pela Diretoria composta de cinco (5) a onze (11) membros, acionistas ou não, brasileiros e residentes no País, eleitos bienalmente, pela Assembleia Geral, sendo: a) de quatro (4) a cinco (5) Diretores Corporativos, dentre os quais um deles o Diretor Presidente; e b) de um (01) a seis (06) Diretores Executivos, os quais desempenharão funções operacionais, nas atividades comerciais, financeiras, administrativas e industriais. **Artigo 12** - A Diretoria será empossada pela assinatura no Livro de Atas de Reunião da Diretoria e seu mandato se estenderá desde a posse até a destituição, renúncia, falecimento, ou a posse do substituto na forma estatutária e legal. § 1º. A Diretoria em reunião conjunta e com votação majoritária, decidirá sobre: a) a distribuição de encargos, atribuições e funções dentro da Diretoria, podendo adotar, para cada Diretor, designações específicas conforme a atribuição que lhe for outorgada; b) agendamento de datas para as reuniões ordinárias da Diretoria. § 2º. A Diretoria será convocada pelo Diretor Presidente, ou em caso de motivo relevante que justifique sua urgência, quando este não puder ou não quiser convocá-la, por quaisquer outros dois Diretores Corporativos, por qualquer meio de comunicação, devendo a convocação identificar a Ordem do Dia. § 3º. Ao Diretor Corporativo, eleito Diretor Presidente, compete: a) convocar, reunir e presidir as reuniões da Diretoria, cabendo-lhe o voto de desempate; b) coordenar as atividades dos Diretores individualmente, suprindo lacunas de competências, superposições e ordenando os trabalhos e atividades da administração societária; c) convocar a Assembleia dos Acionistas, nos casos previstos em lei e sempre que o interesse social o exija; d) representar a Diretoria perante o Conselho Fiscal e a assembleia dos acionistas; e) representar a sociedade ou fazer-se representar por qualquer dos demais diretores, institucionalmente, nas solenidades, atos públicos, nos órgãos de classe, associações; f) delegar a outro Diretor Corporativo quaisquer de suas atribuições, de modo transitório ou permanente, especialmente a de substituí-lo em suas faltas, ausências ou em caso de vagar o cargo. § 4º. Aos demais Diretores, sejam eles Corporativos e/ou Executivos compete representar a sociedade, agindo isoladamente, nos atos de natureza operacional e administrativa, perante os Órgãos da administração pública direta ou indireta; junto aos foros e tribunais; junto às instituições financeiras nas operações de emissão e endosso de cheques, títulos cambiais e cambiantes; ordens de pagamento, TEDs, DOCs, nos contratos de financiamentos, leasing, empréstimo, câmbio e “swaps”, além dos demais contratos financeiros; representando-a, também, perante terceiros nas operações de compra e venda de mercadorias, prestação de serviços e/ou tomadora desses, bem como nos demais atos de direção, incluídos nesses as rotinas das relações trabalhistas com seu quadro de colaboradores e dos recursos humanos, ressalvadas disposições contrárias deste estatuto. § 5º. Compete a dois (2) Diretores, Corporativos e/ou Executivos, ou ao Diretor Presidente isoladamente, constituir procuradores com poderes expressos e/ou com poderes “ad judicia” e/ou com poderes para praticar os demais atos de gestão, mencionados no § 4º anterior deste Artigo. **Artigo 13** - A sociedade deverá estar representada por, ao menos, dois (2) Diretores Corporativos, para praticar os seguintes atos: a) Contratar abertura de créditos, mediante penhor industrial ou mercantil, alienação fiduciária de bens móveis ou imóveis, hipotecas de bens imóveis da sociedade com estabelecimentos bancários e/ou organizações creditícias, oficiais ou não; b) Contratar empréstimo de mercadorias; c) Adquirir ou alienar bens imóveis de porte menores, ou frações desses, assim entendidos aqueles que não excedam a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da sociedade, constante do último balanço aprovado. d) Submeter à Assembleia dos Acionistas as Demonstrações Financeiras; **Artigo 14** - A sociedade deverá estar representada por, ao menos, três (3) Diretores Corporativos, para praticar os seguintes atos: a) Para propor à Assembleia Geral a fusão, incorporação, transformação da ou com a companhia; b) Para aquisição e/ou alienação de participações societárias; c) Aprovar aquisição, gravame, contratação e alienação de bens de porte relevante, assim entendido aquele que exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da sociedade, constante do último balanço aprovado, como por exemplo instalações industriais e terminais portuários; d) Propor à Assembleia Geral os Planos de Aumento de Capital, Investimentos, emissão de novas ações e/ou abertura de capital; e) Abrir, fechar e alterar filiais, sucursais e outros estabelecimentos da sociedade; f) Nas celebrações, ou formalizações, ou execuções de atos medidas e propostas aprovadas pela Diretoria, envolvendo ações e/ou contratos de valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), que não estejam previstos nas prerrogativas descritas no § 4º do artigo 12. g) Contratar e distratar auditoria independente. **Artigo 15** - No caso de vaga do cargo ou ausência de qualquer Diretor, este será substituído por um dos Diretores dentro da classe para a qual tiver sido eleito, até a próxima Assembleia, ou se a Diretoria entender necessário o preenchimento do cargo vago, será convocada Assembleia para tanto. § 1º - Na hipótese de vagem cargos na Diretoria, remanescendo menos de dois, a Assembleia será convocada, obrigatoriamente, para eleger o substituto em até 30 (trinta) dias. § 2º - São expressamente proibidos aos Diretores a prestação de fianças, avais e quaisquer garantias ou assinaturas de favor que não sejam do interesse da sociedade. **CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL - Artigo 16** - O conselho fiscal somente entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, que satisfaçam as condições estabelecidas em lei, e quando solicitado seu funcionamento, será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia geral, permitida a reeleição. **Artigo 17** - Ao conselho fiscal em exercício compete as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **Artigo 18** - Os membros do conselho fiscal quando em exercício terão sua remuneração atribuída pela Assembleia geral que os eleger, dentro das normas vigentes. **Artigo 19** - Os resultados das reuniões e exames do órgão fiscal da companhia, quando em funcionamento serão lavrados no livro de atas e pareceres do conselho fiscal. **Artigo 20** - No impedimento definitivo ou temporário de qualquer um dos membros do conselho fiscal em exercício, seja qual for o motivo, o suplente será convocado pela diretoria para exercer o mandato pelo tempo que faltar ou enquanto durar o afastamento. **CAPÍTULO V – ASSEMBLEIAS GERAIS - Artigo 21** - A Assembleia geral dos acionistas reunir-se-á ordinariamente, para fins previstos em lei, dentro dos quatro meses após o término de cada exercício social e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 22** - Observarão as leis vigentes, a convocação, instalação e realização das Assembleias gerais. **Artigo 23** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias por procuradores, de acordo com o § 1º artigo 126 da lei 6404/76, mediante mandato regular do qual constem especificamente os poderes outorgados. **Artigo 24** - Uma vez publicado o anúncio da primeira convocação da Assembleia geral, ficarão suspensas as transferências de ações. **Artigo 25** - As Assembleias gerais, quer ordinárias, quer extraordinárias, serão dirigidas por mesa composta de presidente e secretário, os quais serão eleitos pelos acionistas presentes nas Assembleias gerais. **Artigo 26** - Prevalecerá sempre a deliberação da maioria do capital representado na Assembleia geral salvo disposição da lei em contrário. **CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS - Artigo 27** - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se ao balanço geral da sociedade. **Artigo 28** - Os lucros verificados em cada balanço serão distribuídos como segue: a) parcela necessária para cobrir prejuízos acumulados, se houver, bem como provisões legais; b) parcela de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva legal, destinada a assegurar a integridade social com limite de até 20% da conta fundamental da sociedade; c) dividendos aos acionistas de 25% sobre o lucro líquido, podendo, todavia, a Assembleia fazer uso do que lhe faculta o § 3º do artigo 202 da lei 6404/76; d) do saldo do lucro que resultar após as deduções de que tratam as letras “a”, “b” e “c” deste artigo, a Assembleia geral deliberará sobre a sua destinação. **CAPÍTULO VII – TRANSFORMAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE - Artigo 29** - A Assembleia geral poderá em qualquer tempo decidir a transformação do tipo jurídico, desde que observadas as disposições legais referente ao ato. **Artigo 30** - Em caso de dissolução da sociedade a Assembleia geral nomeará uma comissão liquidante, podendo a escolha recair na própria diretoria. **Artigo 31** - A Assembleia que nomear a comissão liquidante, determinará não só a forma de liquidação como também os poderes conferidos aos liquidantes e sua remuneração. **CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 32** - Fica estabelecido que no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do capital social pertencerá sempre a brasileiros. **Artigo 33** - O quadro de pessoal funcional da sociedade será sempre constituído no mínimo por 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais. **Artigo 34** - A diretoria da sociedade estará sempre confiada a brasileiros. NADA MAIS FOI TRATADO. Porto Alegre, 24 de abril de 2025. ARISTEU GIL ALVES – Presidente; ARLINDO BIANCHINI – Secretário; PP de ANBI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, ARISTEU GIL ALVES; ARLINDO BIANCHINI; CLÁUDIA BIANCHINI; JACQUELINE BIANCHINI; GUSTAVO BIANCHINI; SABINA MADRE BIANCHINI; EMÍLIO BIANCHINI; LEONIR DE BONA. Declaramos que a presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio e assinada pelos acionistas mencionados. Porto Alegre, 24 de abril de 2025. Aristeu Gil Alves – Presidente; Arlindo Bianchini – Secretário. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11067431 em 23/05/2025 da Empresa BIANCHINI S/A - INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA, CNPJ 87548020000180 e protocolo 251550648 - 02/05/2025. Autenticação: 5F66EF799D397C7A-43EA136D5D9F09AE98A9C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

# PUBLICIDADE LEGAL

**IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ/ME Nº 92.791.243/0001- 03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA** 1. **Data, hora e local:** Realizada em 06 de maio de 2025 às 11:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por video conferência, nos termos do Artigo 13, §2º, do Estatuto Social da Companhia. 2. **Presenças e Mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros da Diretoria, sendo presidida por Sérgio Luiz Cotrim Ribas e secretariada por Henrique Zugman. 3. **Ordem do Dia:** Alterar o endereço da filial de Balneário Pinhal-RS. 4. **Deliberações:** A Diretoria deliberou por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme artigo 14, itens (h) e (k) do Estatuto Social, alterar o endereço da filial, localizada na RS 040, Km 92, Túnel Verde, município Balneário Pinhal, RS, inscrita no CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 e NIRE nº 4390097975-1, para a Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 502 (parte), Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900. 5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Presenças: Sérgio Luiz Cotrim Ribas, Odivan Carlos Carginin, Henrique Zugman, Lindomar Lima de Souza e Fabiano Alves de Oliveira) 6. **Declaração:** Declaramos que a presente é cópia fiel da ata transcrita no livro próprio. Porto Alegre, 06 de maio de 2025, Sérgio Luiz Cotrim Ribas – Presidente. Henrique Zugman Secretário. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11061669 em 21/05/2025 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 251771202 - 19/05/2025. Autenticação: CFB570347CCFE23015387A08B448661CB22E5D2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** 1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 02 de maio de 2025 às 10:15 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por videoconferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. 2. **Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. 3. **Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destinação de participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2025. 5. **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social, autorizar "ad referendum da Assembleia" a destinação de Participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras do 1T25 da Companhia, no montante de R\$ 4.619.273,50 (quatro milhões, seiscentos e dezenove mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto). 7. **Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 02 de maio de 2025, Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11053755 em 16/05/2025 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 251683800 - 12/05/2025. Autenticação: CFD4F9BA7729C14D85124C4F617AB327A7AAEC3. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** 1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 02 de maio de 2025 às 10:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por video conferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. 2. **Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. 3. **Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2025. 5. **Deliberação:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2025 ("1T25") da Companhia, deliberou: i. Aprovar, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 29, *caput*, do Estatuto Social, a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas, no valor total de R\$ 14.499.352,00 (quatorze milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e dois reais), correspondentes a R\$ 0,062579877 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 07 de maio de 2025 ("Dividendos Intercalares – 1T25"). Para o cálculo foi considerada a quantidade de 231.693.519 ações ordinárias em circulação na data de hoje, excluídas as 8.136.400 ações mantidas em tesouraria. Os Dividendos Intercalares – 1T25 ora distribuídos serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, a serem declarados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social do ano de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, *caput*, do Estatuto Social; ii. Registrar que o montante dos Dividendos Intercalares – 1T25, ora aprovados, perfazem 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2025, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social e atende a "Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio" da Companhia; iii. Registrar que as ações de emissão da Companhia serão negociadas "exproventos" em relação aos Dividendos Intercalares – 1T25 a partir de 08 de maio de 2025 (inclusive) e o pagamento aos Acionistas dos Dividendos Intercalares – 1T25, será realizado até 21 de maio de 2025. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto) 7. **Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 02 de maio de 2025, Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11052224 em 15/05/2025 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 251648303 - 09/05/2025. Autenticação: 82EE697D9F70C4877942A52F73226B13E4A2E6FA. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio 91  
O jornal de economia e negócios do RS

Com o JC a informação  
chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

ASSINE AGORA



# ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.

CNPJ/MF nº 17.298.793/0001-70

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)														
ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado						
	Notas	31/12/24	31/12/23	31/12/23		Notas	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23				
Circulante					Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	7	486	562	13.376	15.501	14	-	-	19.549	19.493				
Contas a receber de clientes	8	-	-	13.519	13.474				987	362				
Tributos a recuperar		92	72	181	161				35	-				
Dividendos a receber		8.883	7.130	173	-				338	428				
Outras contas a receber	9	-	-	4.629	532		8	6	394	442				
Total do ativo circulante		9.461	7.764	31.878	29.668				560	674				
						Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	18.c	4.029	2.841	4.029	2.841
						Dividendos a pagar				12.b	-	-	172	182
						Passivo de arrendamento				15	43	63	21.451	13.837
						Outras contas a pagar				4.080	2.910	47.515	38.259	
						Total do passivo circulante								
						Não circulante								
						Empréstimos e financiamentos	14	-	-	91.116	109.386			
						Obrigações sociais e trabalhistas				153	-			
						Provisão para contingências	17	-	-	31	276			
						Passivo de arrendamento	12.b	-	-	5.437	5.139			
						Provisão de desmobilização	16	-	-	8.022	8.022			
						Total do passivo não circulante				104.759	122.823			
						Patrimônio líquido	18							
						Capital social				157.550	157.550	157.550	157.550	
						Reserva legal				3.980	3.131	3.980	3.131	
						Reserva de lucros				12.093	9.069	12.093	9.069	
						Patrimônio líquido de acionistas controladores				173.623	169.750	173.623	169.750	
						Patrimônio líquido de acionistas não controladores				-	-	18	17	
						Total do patrimônio líquido				173.623	169.750	173.641	169.767	
						Total do passivo e patrimônio líquido				177.703	172.660	325.915	330.849	

Total do ativo 177.703 172.660 325.915 330.849  
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social		Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		2024	2023						
Saldos em 31 de dezembro de 2022		157.550	2.533	17.920	-	178.003	19	178.022	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.971	11.971	(2)	11.969	
Constituição de reserva legal	18	-	598	-	(598)	-	-	-	
Constituição de dividendos mínimos	18	-	-	-	(2.843)	(2.843)	-	(2.843)	
Constituição de dividendos adicionais	18	-	-	(17.381)	-	(17.381)	-	(17.381)	
Constituição de reserva de lucros		-	-	8.530	(8.530)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		157.550	3.131	9.069	-	169.750	17	169.767	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.974	16.974	1	16.975	
Constituição de reserva legal	18	-	849	-	(849)	-	-	-	
Constituição de dividendos mínimos	18	-	-	-	(4.032)	(4.032)	-	(4.032)	
Dividendos adicionais	18	-	-	-	(9.069)	(9.069)	-	(9.069)	
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	12.093	12.093	-	12.093	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		157.550	3.980	12.093	-	173.623	18	173.641	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais:** A ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. ("Complexo Senandes" ou "Companhia"), com sede em Rio Grande - RS, foi constituída em 03 de dezembro de 2012 e tem como objeto social a participação em outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas, bem como a administração de bens próprios. Os empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ("Projetos"), de propriedade das controladas da Companhia, fazem parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído de 04 parques eólicos com capacidade instalada de 108,0 MW em um total de 40 aerogeradores, todos em plena operação, que compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. Os Projetos foram vencedores do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), tendo contratado a comercialização de 50,5 MW médios pelo prazo de 20 anos. Os projetos estão autorizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a operar como produtores independentes de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada pela acionista ADS ER Energias Renováveis S.A. ("ADS" anteriormente denominada "NCER" NCER Energias Renováveis S.A.). A estrutura dos investimentos da Companhia inclui as seguintes sociedades: • ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("Corredor do Senandes II"); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Corredor do Senandes III"); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Corredor do Senandes IV"); • ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. ("Vento Aragano I"). As controladas foram constituídas em 13 de outubro de 2011, tendo como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtora independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica; (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar contrato de energia de reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão no 03/2011. **1.1. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

País	Controle direto		Aerogeradores e instalações
	2024	2023	
			25
			10
			10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado. f) **Intangível:** Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. g) **Redução ao valor recuperável - "impairment":** No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. h) **Instrumentos financeiros - pronunciamento técnico CPC 48:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receitas líquidas de vendas	19	-	-	65.543	62.595
Custo dos produtos vendidos	20	-	-	(39.433)	(36.299)
Lucro bruto		-	-	26.110	26.296
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	20	(642)	18	(3.529)	(2.071)
Outras receitas (despesas) líquidas	21	(6)	(42)	4.512	142
Resultado de equivalência patrimonial	11	17.540	12.049	-	-
Resultado operacional		16.892	12.025	27.093	24.367
Resultado financeiro, líquido	21	82	(54)	(6.232)	(8.752)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.974	11.971	20.861	15.615
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	(3.886)	(3.646)
Lucro do exercício		16.974	11.971	16.975	11.969
Atribuível ao:					
Acionistas controladores		16.974	11.971	16.974	11.971
Acionistas não controladores		-	-	1	(2)
Ações		157.779	157.779	157.779	157.779
Lucro por ação	23	0,11	0,08	0,11	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Lucro do exercício	16.974	11.971	16.975	11.969
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	16.974	11.971	16.975	11.969
Atribuível ao:				
Acionistas controladores	16.974	11.971	16.974	11.971
Acionistas não controladores	-	-	1	(2)
Ações	16.974	11.971	16.975	11.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		16.974	11.971	20.861	15.615
Ajustes:					
Equivalência patrimonial	11	(17.540)	(12.049)	-	-
Depreciação e amortização	20	-	-	18.307	18.280
Juros e atualização monetária sobre financiamentos e instrumentos financeiros	14	-	-	10.043	11.511
Baixa de arrendamento mercantil	12.b	-	-	-	(252)
Provisão para processos judiciais	17	-	-	(300)	(123)
Provisão de juros sobre arrendamentos	12.b	-	-	1.112	636
Perdas (ganhos) cambiais não realizados de atividades financeiras	14	-	-	967	1.365
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	21	-	-	(5.692)	(5.146)
Baixa de ativo imobilizado		642	-	647	-
Variações:					
Contas a receber de clientes		-	-	(45)	929
Impostos a recuperar	(20)	(3)	(20)	(20)	(2)
Outros créditos		-	-	(4.097)	519
Partes relacionadas		-	-	35	-
Depósitos judiciais		-	9	32	(24)
Fornecedores		-	-	625	(82)
Impostos a pagar e obrigações sociais e trabalhistas	2	(12)	383	254	
Outras contas a pagar	(20)	(86)	7.614	13.839	
Caixa proveniente das operações	38	(170)	50.472	57.319	
Juros pagos	14	-	-	(10.082)	(11.581)
Dividendos recebidos	18	18.440	18.021	(173)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	22	-	-	(4.368)	(3.689)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		18.478	17.851	35.849	42.049
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	(6.641)	-	(4.927)	(21.939)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	13	-	(27)	(1.187)	(724)
Adições ao intangível		-	-	-	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.641)	(27)	(6.114)	(22.677)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de financiamento	14	-	-	(19.087)	(18.946)
Pagamento de arrendamento	12.b	-	-	(860)	(1.142)
Dividendos pagos	18	(11.913)	(17.383)	(11.913)	(17.385)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(11.913)	(17.383)	(31.860)	(37.473)	
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa, líquidos	(76)	441	(2.125)	(18.101)	
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	562	121	15.501	33.602
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	486	562	13.376	15.501
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa, líquidos	(76)	441	(2.125)	(18.101)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2024 e 2023 são contos a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas. Em 2024 e 2023 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2024 e 2023 são fornecedores, empréstimos e financiamentos, e adiantamento de clientes. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empr

**ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.**

do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	2024	2023
Edificações e instalações	25	
Móveis e utensílios	10	
Máquinas e equipamentos	10	

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2024	Contratos 2023
Até um ano	13,74%	13,74%
Até dois anos	13,10%	13,10%
Até cinco anos	12,44%	12,44%
Até dez anos	13,00%	13,00%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. j) *Fornecedores:* As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. k) *Provisões:* Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. As provisões da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer no desmantelamento, desinstalação e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento. l) *Lucro básico e diluído por ação:* Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação. m) *Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:* A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária. n) *CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos de clientes:* A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de energia é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador o risco e benefícios significativos relacionados à propriedade da energia. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as energias vendidas. • O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. A receita proveniente da venda de energia é reconhecida quando as energias são geradas e disponibilizadas e a titularidade/ controle é transferida. A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloadas pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre – PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. o) *Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. p) *Imposto de renda e contribuição social:* A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) *Impostos correntes:* A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. q) *Demonstração do fluxo de caixa:* As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. A companhia classifica o recebimento de dividendos como atividade de investimento e não como atividade operacional em consonância a estratégia interna de fluxo de caixa da Companhia. 5. **Novas normas e interpretações:** 5.1. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** No exercício corrente, a Sociedade aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicia em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade. 5.2. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e

interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaes especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaes de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações**

6. **Instrumentos financeiros:** As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Hierarquia	Controladora		Controladora		Controladora		Controladora	
	Valor justo	Valor contábil						
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	2	486	486	562	562	13.376	13.376	15.501
Contas a receber de clientes	2	-	-	-	-	13.519	13.519	13.474
Outros recebíveis	2	-	-	-	-	4.629	4.629	532
Títulos e valores mobiliários	2	6.641	6.641	-	-	51.689	51.689	41.070
Dividendos a receber	2	8.883	8.883	7.130	7.130	173	173	-
		16.010	16.010	7.692	7.692	83.386	83.386	70.577
<b>Passivos</b>								
Fornecedores	2	-	-	-	-	987	987	362
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	-	-	110.665	110.665	128.879
Passivo de arrendamento	2	-	-	-	-	5.609	5.609	5.321
Dividendos a pagar	2	4.029	4.029	2.841	2.841	4.029	4.029	2.841
Outras contas a pagar	2	43	43	63	63	21.451	21.451	13.837
		4.072	4.072	2.904	2.904	142.741	142.741	151.240

(\*) Valor bruto de custo. O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 (R1) e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: a) *Estrutura de gerenciamento de risco:* A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. b) *Riscos de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. i) *Exposição a riscos de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Caixa e equivalente de caixa	486	562	13.376	15.501
Contas a receber de clientes	-	-	13.519	13.474
Títulos e valores mobiliários	6.641	-	51.689	41.070
Dividendos a receber	8.883	7.130	173	-
Outros recebíveis	-	-	4.629	532
<b>Total</b>	<b>16.010</b>	<b>7.692</b>	<b>83.386</b>	<b>70.577</b>

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. c) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. i) *Risco de taxa de juros:* Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,15% ao ano de 2024), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$858 na controladora e seria uma despesa financeira de R\$6.281 no consolidado. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

	25%	50%						
<b>Controladora:</b>								
	25%	50%						
<b>Modalidade</b>	<b>Taxa efetiva em 31/12/24</b>	<b>Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Provável</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
Aplicações financeiras (*)	12,15%	Baixa	7.060	858	8,81%	622	5,88%	415
			7.060	858		622		415

	25%	50%						
<b>Consolidado:</b>								
	25%	50%						
<b>Modalidade</b>	<b>Taxa efetiva em 31/12/24</b>	<b>Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Provável</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
Aplicações financeiras (*)	12,15%	Baixa	58.973	7.165	8,81%	5.196	5,88%	3.468
BND5	12,15%	Alta	(110.665)	(13.446)	14,69%	(16.257)	17,63%	(19.510)
			(51.692)	(6.281)		(11.061)		(16.042)

(\*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras (nota explicativa 7) e Títulos e valores mobiliários (nota explicativas 10). d) *Risco de liquidez:* Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações

**Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Fluxo de caixa contratual	Controladora		Controladora		Controladora		Controladora	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>								
Dividendos a pagar	4.029	4.029	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	43	43	-	-	-	-	-	-
Posição líquida	4.029	4.029	-	-	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>								
<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>								
Fornecedores	987	987	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	21.451	21.451	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	35	35	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	110.665	19.549	38.394	52.722	-	-	-	-
Dividendos a pagar	4.029	4.029	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	6.890	761	1.691	4.438	-	-	-	-
Posição líquida	144.022	46.777	40.085	57.160	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024, a Tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

Fluxo de caixa contratual	Controladora		Controladora	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>				
Fornecedores	987	987	-	-
Outras contas a pagar	21.451	21.451	-	-
Partes relacionadas	35	35	-	-
Empréstimos e financiamentos	110.665	19.549	38.394	52.722
Dividendos a pagar	4.029	4.029	-	-
Passivo de arrendamento	6.890	761	1.691	4.438
Posição líquida	144.022	46.777	40.085	57.160

7. **Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	67	59	6.092	8.861
Aplicações financeiras (i)	419	503	7.284	6.640
	486	562	13.376	15.501

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 98% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2024 (98% e 100% em 2023) com liquidez imediata. 8. **Contas a receber de clientes - Consolidado:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Direitos a faturar (i)	13.519	12.843		
Clientes nacionais	-	-	631	631
			13.519	13.474

(i) Diretos a faturar refere-se a valores de geração de energia na qual não foram faturados contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) devido aos prazos contratuais, prazo médio para faturamento é de 60 dias; (ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as análises de vencimentos do contas a receber de clientes nacionais encontram

ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.																																																																																																																																																																																																																									
		ADS ER Eólica Vento Aragano I.S.A.		ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.		ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.		ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.																																																																																																																																																																																																																	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23																																																																																																																																																																																																																
<p><b>Ativo não circulante</b></p> <p>Ativo não circulante 82.171 87.041 61.247 62.724 65.407 68.026 78.572 82.750</p> <p>Passivo não circulante (29.220) (34.124) (21.372) (25.083) (26.935) (31.758) (27.231) (31.856)</p> <p><b>Ativo não circulante líquido</b> 52.951 52.917 39.875 37.641 38.472 36.268 51.341 50.894</p> <p><b>Patrimônio líquido</b> 49.265 48.829 34.064 35.252 33.998 33.994 44.291 46.198</p> <p><b>Movimentação dos investimentos 2024:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Saldo no início do exercício</th> <th>Dividendos pagos e adicionais</th> <th>Equivalência patrimonial</th> <th>Saldo final do exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>49.265</td> <td>48.829</td> <td>34.064</td> <td>35.252</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Movimentação dos investimentos 2023:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Saldo no início do exercício</th> <th>Dividendos pagos e adicionais</th> <th>Equivalência patrimonial</th> <th>Saldo final do exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>49.265</td> <td>48.829</td> <td>34.064</td> <td>35.252</td> </tr> </tbody> </table> <p>ADS ER Eólica Vento Aragano I.S.A. 48.824 (2.959) 3.396 49.261</p> <p>ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A. 35.249 (5.449) 4.260 34.060</p> <p>ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. 33.991 (5.539) 5.541 33.993</p> <p>ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A. 46.190 (6.246) 4.343 44.287</p> <p>164.254 (20.193) 17.540 161.601</p> <p><b>Movimentação dos investimentos 2023:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Saldo no início do exercício</th> <th>Dividendos pagos e adicionais</th> <th>Equivalência patrimonial</th> <th>Saldo final do exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>49.265</td> <td>48.829</td> <td>34.064</td> <td>35.252</td> </tr> </tbody> </table> <p>ADS ER Eólica Vento Aragano I.S.A. 51.378 (7.153) 4.599 48.824</p> <p>ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A. 36.400 (3.282) 2.131 35.249</p> <p>ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. 35.710 (4.750) 3.031 33.991</p> <p>ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A. 49.499 (5.597) 2.288 46.190</p> <p><b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b> 172.987 (20.782) 12.049 164.254</p> <p><b>12. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento - Consolidado:</b></p> <p>a) <b>Direito de uso de ativos líquido:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Terrenos</th> <th>Imóveis</th> <th>Veículos</th> <th>Equipamentos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5.067</td> <td>256</td> <td>55</td> <td>-</td> <td>5.378</td> </tr> <tr> <td>94</td> <td>(60)</td> <td>75</td> <td>39</td> <td>148</td> </tr> <tr> <td>(219)</td> <td>(46)</td> <td>(58)</td> <td>(21)</td> <td>(344)</td> </tr> <tr> <td>4.942</td> <td>150</td> <td>72</td> <td>18</td> <td>5.182</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>27</td> <td>9</td> <td>-</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>(220)</td> <td>(58)</td> <td>(56)</td> <td>(18)</td> <td>(352)</td> </tr> <tr> <td>4.722</td> <td>119</td> <td>25</td> <td>-</td> <td>4.866</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) <b>Passivo de Arrendamento:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Terrenos</th> <th>Imóveis</th> <th>Veículos</th> <th>Equipamentos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5.592</td> <td>286</td> <td>53</td> <td>-</td> <td>5.931</td> </tr> <tr> <td>94</td> <td>(60)</td> <td>75</td> <td>39</td> <td>148</td> </tr> <tr> <td>605</td> <td>19</td> <td>5</td> <td>7</td> <td>636</td> </tr> <tr> <td>(994)</td> <td>(61)</td> <td>(62)</td> <td>(25)</td> <td>(1.142)</td> </tr> <tr> <td>(231)</td> <td>-</td> <td>(21)</td> <td>-</td> <td>(252)</td> </tr> <tr> <td>5.066</td> <td>184</td> <td>50</td> <td>21</td> <td>5.321</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>27</td> <td>9</td> <td>-</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>1.089</td> <td>17</td> <td>3</td> <td>3</td> <td>1.112</td> </tr> <tr> <td>(714)</td> <td>(60)</td> <td>(62)</td> <td>(24)</td> <td>(860)</td> </tr> <tr> <td>5.441</td> <td>168</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>5.609</td> </tr> </tbody> </table> <p>c) <b>Perdas possíveis não provisionadas:</b> Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos tributários com a probabilidade de perda possível no montante de R\$8.026 que trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração por meio dos quais a Receita Federal exige da empresa valores a título de IRPJ e CSLL, relativos aos trimestres do ano-calendário de 2014, acrescidos de juros de mora e multa de ofício de 75%, relacionados rendimentos de aplicações financeiras na base de cálculo do IRPJ e CSLL dos respectivos períodos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos trabalhistas com a probabilidade de perda possível no montante de R\$2.166. d) <b>Depósitos judiciais:</b> Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui depósitos judiciais registrados no montante de R\$243 (R\$276 em 2023). <b>18. Patrimônio líquido:</b> a) <b>Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma (em reais):</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Capital social</th> <th>Ações nominativas</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>157.779.182</td> <td>157.779.182</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>19. Receita operacional líquida - Consolidado:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>67.350</td> <td>65.647</td> </tr> <tr> <td>676</td> <td>(680)</td> </tr> <tr> <td>(2.483)</td> <td>(2.372)</td> </tr> <tr> <td>65.543</td> <td>62.595</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>20. Despesas por natureza - Consolidado:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>18.307</td> <td>17.867</td> </tr> <tr> <td>642</td> <td>5.423</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1.384</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1.986</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>13.687</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>546</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>837</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>251</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>127</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>21. Outras receitas (despesas) líquidas:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>11.372</td> <td>6.467</td> </tr> <tr> <td>11.372</td> <td>6.467</td> </tr> <tr> <td>(6.305)</td> <td>(6.325)</td> </tr> <tr> <td>(6)</td> <td>(555)</td> </tr> <tr> <td>(6)</td> <td>(6.860)</td> </tr> <tr> <td>(6)</td> <td>(42)</td> </tr> <tr> <td>4.512</td> <td>142</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>22. Resultado financeiro - Consolidado:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>110.665</td> <td>110.665</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>23. Imposto de renda e contribuição social - Consolidado:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>153</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>153</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>82</td> <td>(54)</td> </tr> <tr> <td>2.635</td> <td>(8.752)</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>24. Lucro por ação:</b> O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>16.974</td> <td>11.971</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>25. Seguros - Consolidado:</b> A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes seguros:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Modalidade</th> <th>Vigência até:</th> <th>Cobertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Responsabilidade civil geral</td> <td>14 de agosto de 2025</td> <td>15.000</td> </tr> <tr> <td>Riscos operacionais</td> <td>31 de março de 2025</td> <td>152.531</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>26. Compromissos:</b> As controladas da companhia possui contratos firmado com a CCEE que estabelecem o fornecimento mínimo de energia elétrica por 20 anos, recalculando o fornecimento mínimo a cada quadriênio e com previsão de término em 30 de junho de 2034. Sendo a garantia física de cada parafuso eólico de médio/mensal, conforme detalhado abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Empresa</th> <th>MW médio/mensal</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ADS ER Vento Aragano</td> <td>13,8</td> </tr> <tr> <td>ADS ER Senandes II</td> <td>10,6</td> </tr> <tr> <td>ADS ER Senandes III</td> <td>10,6</td> </tr> <tr> <td>ADS ER Senandes IV</td> <td>12,9</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em caso de não fornecimento dentro da faixa de tolerância, ficam sujeitas as partes à penalidade de multas por resolução. A faixa de tolerância da capacidade de fornecimento de energia contratada não pode ser inferior a 10% ou superior a 30%. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido um passivo relacionado ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato, enquanto em 31 de dezembro de 2023 não existiam passivos dessa natureza. Vide nota explicativa 14. <b>27. Aprovação das demonstrações:</b> A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025.</p>										Saldo no início do exercício	Dividendos pagos e adicionais	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício	49.265	48.829	34.064	35.252	Saldo no início do exercício	Dividendos pagos e adicionais	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício	49.265	48.829	34.064	35.252	Saldo no início do exercício	Dividendos pagos e adicionais	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício	49.265	48.829	34.064	35.252	Terrenos	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total	5.067	256	55	-	5.378	94	(60)	75	39	148	(219)	(46)	(58)	(21)	(344)	4.942	150	72	18	5.182	-	27	9	-	36	(220)	(58)	(56)	(18)	(352)	4.722	119	25	-	4.866	Terrenos	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total	5.592	286	53	-	5.931	94	(60)	75	39	148	605	19	5	7	636	(994)	(61)	(62)	(25)	(1.142)	(231)	-	(21)	-	(252)	5.066	184	50	21	5.321	-	27	9	-	36	1.089	17	3	3	1.112	(714)	(60)	(62)	(24)	(860)	5.441	168	-	-	5.609	Capital social	Ações nominativas	2024	2023	157.779.182	157.779.182	31/12/24	31/12/23	67.350	65.647	676	(680)	(2.483)	(2.372)	65.543	62.595	31/12/24	31/12/23	18.307	17.867	642	5.423	-	1.384	-	1.986	-	13.687	-	546	-	837	-	251	-	127	31/12/24	31/12/23	11.372	6.467	11.372	6.467	(6.305)	(6.325)	(6)	(555)	(6)	(6.860)	(6)	(42)	4.512	142	31/12/24	31/12/23	110.665	110.665	31/12/24	31/12/23	153	14	153	14	82	(54)	2.635	(8.752)	31/12/24	31/12/23	16.974	11.971	Modalidade	Vigência até:	Cobertura	Responsabilidade civil geral	14 de agosto de 2025	15.000	Riscos operacionais	31 de março de 2025	152.531	Empresa	MW médio/mensal	ADS ER Vento Aragano	13,8	ADS ER Senandes II	10,6	ADS ER Senandes III	10,6	ADS ER Senandes IV	12,9
Saldo no início do exercício	Dividendos pagos e adicionais	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício																																																																																																																																																																																																																						
49.265	48.829	34.064	35.252																																																																																																																																																																																																																						
Saldo no início do exercício	Dividendos pagos e adicionais	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício																																																																																																																																																																																																																						
49.265	48.829	34.064	35.252																																																																																																																																																																																																																						
Saldo no início do exercício	Dividendos pagos e adicionais	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício																																																																																																																																																																																																																						
49.265	48.829	34.064	35.252																																																																																																																																																																																																																						
Terrenos	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total																																																																																																																																																																																																																					
5.067	256	55	-	5.378																																																																																																																																																																																																																					
94	(60)	75	39	148																																																																																																																																																																																																																					
(219)	(46)	(58)	(21)	(344)																																																																																																																																																																																																																					
4.942	150	72	18	5.182																																																																																																																																																																																																																					
-	27	9	-	36																																																																																																																																																																																																																					
(220)	(58)	(56)	(18)	(352)																																																																																																																																																																																																																					
4.722	119	25	-	4.866																																																																																																																																																																																																																					
Terrenos	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total																																																																																																																																																																																																																					
5.592	286	53	-	5.931																																																																																																																																																																																																																					
94	(60)	75	39	148																																																																																																																																																																																																																					
605	19	5	7	636																																																																																																																																																																																																																					
(994)	(61)	(62)	(25)	(1.142)																																																																																																																																																																																																																					
(231)	-	(21)	-	(252)																																																																																																																																																																																																																					
5.066	184	50	21	5.321																																																																																																																																																																																																																					
-	27	9	-	36																																																																																																																																																																																																																					
1.089	17	3	3	1.112																																																																																																																																																																																																																					
(714)	(60)	(62)	(24)	(860)																																																																																																																																																																																																																					
5.441	168	-	-	5.609																																																																																																																																																																																																																					
Capital social	Ações nominativas																																																																																																																																																																																																																								
2024	2023																																																																																																																																																																																																																								
157.779.182	157.779.182																																																																																																																																																																																																																								
31/12/24	31/12/23																																																																																																																																																																																																																								
67.350	65.647																																																																																																																																																																																																																								
676	(680)																																																																																																																																																																																																																								
(2.483)	(2.372)																																																																																																																																																																																																																								
65.543	62.595																																																																																																																																																																																																																								
31/12/24	31/12/23																																																																																																																																																																																																																								
18.307	17.867																																																																																																																																																																																																																								
642	5.423																																																																																																																																																																																																																								
-	1.384																																																																																																																																																																																																																								
-	1.986																																																																																																																																																																																																																								
-	13.687																																																																																																																																																																																																																								
-	546																																																																																																																																																																																																																								
-	837																																																																																																																																																																																																																								
-	251																																																																																																																																																																																																																								
-	127																																																																																																																																																																																																																								
31/12/24	31/12/23																																																																																																																																																																																																																								
11.372	6.467																																																																																																																																																																																																																								
11.372	6.467																																																																																																																																																																																																																								
(6.305)	(6.325)																																																																																																																																																																																																																								
(6)	(555)																																																																																																																																																																																																																								
(6)	(6.860)																																																																																																																																																																																																																								
(6)	(42)																																																																																																																																																																																																																								
4.512	142																																																																																																																																																																																																																								
31/12/24	31/12/23																																																																																																																																																																																																																								
110.665	110.665																																																																																																																																																																																																																								
31/12/24	31/12/23																																																																																																																																																																																																																								
153	14																																																																																																																																																																																																																								
153	14																																																																																																																																																																																																																								
82	(54)																																																																																																																																																																																																																								
2.635	(8.752)																																																																																																																																																																																																																								
31/12/24	31/12/23																																																																																																																																																																																																																								
16.974	11.971																																																																																																																																																																																																																								
Modalidade	Vigência até:	Cobertura																																																																																																																																																																																																																							
Responsabilidade civil geral	14 de agosto de 2025	15.000																																																																																																																																																																																																																							
Riscos operacionais	31 de março de 2025	152.531																																																																																																																																																																																																																							
Empresa	MW médio/mensal																																																																																																																																																																																																																								
ADS ER Vento Aragano	13,8																																																																																																																																																																																																																								
ADS ER Senandes II	10,6																																																																																																																																																																																																																								
ADS ER Senandes III	10,6																																																																																																																																																																																																																								
ADS ER Senandes IV	12,9																																																																																																																																																																																																																								

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria e Quotistas da ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de abril de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2025.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores independentes  
CRC SP-027623/F

**Cristiane Cléria S. Hilario**  
CRC SP-243766/O



**ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.**

continuação

cida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. n) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. o) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) **Impostos correntes:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. p) **Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. O Grupo classifica o recebimento de dividendos como atividade de investimento e não como atividade operacional em consonância a estratégia interna de fluxo de caixa do Grupo. **5. Novas normas e interpretações:** **5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** No exercício corrente, a Sociedade aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacio-

nais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. **6. Instrumentos financeiros:** As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Hierarquia	31/12/24		31/12/23	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.558	2.558	3.489
Contas a receber de clientes	2	2.887	2.887	2.755
Outros recebíveis	2	1.069	1.069	69
Títulos e valores mobiliários	2	9.426	9.426	7.166
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	2	(120)	(120)	(506)
Empréstimos e financiamentos	2	(22.533)	(22.533)	(26.238)
Passivo de arrendamento	2	(1.246)	(1.246)	(1.209)
Dividendos a pagar	2	(2.097)	(2.097)	(1.140)
Outras contas a pagar	2	(5.921)	(5.921)	(2.849)
		(31.917)	(31.917)	(31.942)

(\*) Mensuração: (1) Mensurados a valor justo por meio de resultado; (2) Custo amortizado. (\*\*) Valor bruto de custo. O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio de resultado:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: a) **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. b) **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. i) **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/24	31/12/23
Caixa e equivalente de caixa	2.558	3.489
Contas a receber de clientes	2.887	2.755
Títulos e valores mobiliários	9.426	7.166
Outros recebíveis	1.069	69
<b>Total</b>	<b>15.940</b>	<b>13.479</b>

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revisados sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuírem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. c) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. i) **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,15% ao ano de 2024), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$1.436. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/24	Risco	Exposição	Provável	25%		50%	
					Valor	%	Valor	%
Aplicações financeiras (*)	12,15%	Baixa	10.715	1.302	8,81%	944	5,88%	630
BNDS	12,15%	Alta	(22.533)	(2.738)	15,19%	(3.422)	18,23%	(4.107)
			(11.818)	(1.436)		(2.478)		(3.477)

(\*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras evidenciadas nas notas explicativas 7 e 8. d) **Risco de liquidez:** Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento

contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Fluxo de caixa contra-tual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	120	120	-	-	-
Outras contas a pagar	7.525	7.525	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	22.533	3.980	3.909	3.909	10.735
Dividendos a pagar	2.097	2.097	-	-	-
Passivo de arrendamento	2.624	164	328	2.132	-
Posição líquida	34.899	13.886	4.237	6.041	10.735

7. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	1.269	2.065
Aplicações financeiras (i)	1.289	1.424
	2.558	3.489

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados entre 98% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), em 2024 e 2023 com liquidez imediata. **8. Contas a receber de clientes:**

	31/12/24	31/12/23
Direitos a faturar (i)	2.887	2.755
	2.887	2.755

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; **9. Outras contas a receber:**

	31/12/24	31/12/23
Ressarcimentos a receber	983	-
Outros créditos a receber	86	69
	1.069	69

**10. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$9.426 (R\$7.166 em 2023), remunerados em 99 % do CDI (em 2024 e 2023) refere-se às aplicações mantidas como garantias para cobertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (nota explicativa no 13), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais. **11. Direito de uso e passivo de arrendamento:** a) **Direito de uso de ativos líquido:**

	31/12/24	31/12/23
<b>-Terrenos</b>	<b>Total</b>	
	1.174	1.174
Depreciação	(51)	(51)
	1.123	1.123
Depreciação	(51)	(51)
	1.072	1.072

**Saldo em 31 de dezembro de 2022**

	31/12/24	31/12/23
<b>-Terrenos</b>	<b>Total</b>	
	1.298	1.298
Baixa	(36)	(36)
Juros incorridos	139	139
Pagamentos	(164)	(164)
	1.237	1.237
Juros incorridos	173	173
Pagamentos	(164)	(164)
	1.246	1.246

**Saldo em 31 de dezembro de 2024**

	31/12/24	31/12/23
Moeda nacional		
BNDES	(a)	Set/2030
Circulante	22.533	26.238
Não Circulante	3.980	3.968
	18.553	22.270

(i) Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$57.052, com amortização e juros mensais, e vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, no montante de R\$44.296 a segunda tranche foi liberada em 27 de agosto de 2014, no montante de R\$11.116 a terceira tranche de R\$247 foi liberada em 17 de agosto de 2017, a quarta tranche de R\$70 foi liberada em 27 de junho de 2018 e a quinta tranche R\$73 foi liberada em 22 de maio de 2019. Como houve cancelamento do saldo restante a liberar, não há mais saldo a liberar para este contrato. a) **Movimentação:**

	31/12/24	31/12/23
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	29.826	2.318
Encargos provisão de juros	2.318	282
Atualização monetária	(2.331)	(3.857)
(-) Juros pagos	(3.857)	(26.238)
(-) Amortização do principal	2.019	(2.038)
(-) Juros pagos	(2.038)	(3.886)
(-) Amortização do principal	22.533	22.533

b) **Garantias:** O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance*, ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. c) **Prazo de vencimento:** O montante a longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	31/12/24	31/12/23
2025	3.980	
2026	3.909	
2027	3.909	
2028 a 2030	10.735	
	22.533	

d) **Covenants:** Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia. **14. Outras contas a pagar:**

	31/12/24	31/12/23
Antecipação CCEE	1.957	2.818
Ressarcimento CCEE	3.955	-
Outros	9	31
Total - Circulante	5.921	2.849

(i) Refere-se ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato de fornecimento de energia elétrica com a CCEE. Mais detalhes, vide nota explicativa 25. **15. Provisão para desmobilização:** Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao

imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso para desmantelamento, desinstalação e todos os demais gastos associados à remoção dos de ativos de longo prazo do Complexo Eólico devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu. A provisão para desmobilização foi efetuada com base na estimativa desses custos através de cotação realizada no mercado dos gastos da operação. O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$1.604. **16. Provisões para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não é parte em ações judiciais ou processos administrativos perante tribunais ou órgãos governamentais. Não há questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos decorrentes do curso normal das operações que envolvam a Companhia. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não há necessidade de constituir provisão para cobrir perdas estimadas, pois não existem ações em curso. a) **Perdas possíveis, não provisionadas:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos tributários com a probabilidade de perda possível no montante de R\$1.053 (não havia processos em 31 de dezembro de 2023). **17. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

	Ações		Capital social	
	2024	2023	2024	2023
ADS ER				
Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	31.007.643	31.007.643	29.813.999	29.813.999
NC Energias Renováveis S.A.	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>31.007.644</b>	<b>31.007.644</b>	<b>29.814.000</b>	<b>29.814.000</b>

b) **Reservas de lucros:** De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: i) **Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o montante de R\$213, totalizando o montante de R\$1.151 (R\$938 em 2023) para reserva legal. c) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	31/12/24	31/12/23
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.260</b>	<b>2.132</b>
(-) Constituição da reserva legal	(213)	(107)
Base de cálculo dos dividendos	4.047	2.025
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>1.012</b>	<b>506</b>
A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:		

	31/12/24	31/12/23
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.140</b>	<b>634</b>
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.012	506
Dividendos adicionais	4.436	2.776
Pagamentos de dividendos	(4.491)	(2.776)
<b>Saldo final</b>	<b>2.097</b>	<b>1.140</b>

**18. Receita líquida de vendas:**

	31/12/24	31/12/23
Receita bruta de vendas		
Receita com venda de energia	11.755	13.954
Direitos a faturar	374	(505)
(-) Impostos sobre venda	(443)	(490)
Receita líquida de vendas	11.686	12.959

**19. Custo e despesa por natureza:**

	31/12/24	31/12/23
Depreciação e amortização	(3.835)	(3.738)
Custos com serviços	(868)	(899)
Custo com manutenção e conservação	(2.737)	(3.241)
Gastos com materiais diversos	(8)	(63)
Outros gastos administrativos	-	(5)
Gastos com seguros	(325)	(225)
	(7.773)	(8.171)
Custos da produção e operação de energia	(7.440)	(7.878)
Gerais e administrativas	(333)	(293)
	(7.773)	(8.171)

**20. Outras receitas (despesas) líquidas:**

	31/12/24	31/12/23
Receita de multa contratual	3.715	1.251
<b>Outras receitas</b>	<b>3.715</b>	<b>1.251</b>
Taxas regulatórias	(1.260)	(1.268)
Outras despesas	(48)	(1)
<b>Outras despesas</b>	<b>(1.308)</b>	

continuação			ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.		
	31/12/24	31/12/23			
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	4.260	2.132	grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contratou os seguintes seguros que englobam todos os parques eólicos da ADS:		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	31.008	31.008	<b>Modalidade</b>	<b>Vigência até</b>	<b>Cobertura</b>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	0,14	0,07	Responsabilidade civil geral	14 de agosto de 2025	15.000
Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. <b>24. Seguros:</b> A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o			Riscos operacionais	31 de março de 2025	152.531
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>					
<p>À Diretoria e Quotistas da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:</b> As demonstrações financeiras da</p>			<p>Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas outro auditor independente que emitiu relatório datado em 30 de abril de 2024, sem modificação. <b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:</b> A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta</p>		
<p>relacionado ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato, enquanto em 31 de dezembro de 2023 não existiam passivos dessa natureza. Vide nota explicativa 14. <b>26. Aprovação das demonstrações financeiras:</b> A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025.</p>			<p><b>25. Compromissos:</b> A Companhia possui contratos firmado com a CCEE que estabelecem o fornecimento mínimo de energia elétrica por 20 anos, sendo a garantia física do parque eólico de 10,6MW médio/mensal, recalculando o fornecimento mínimo a cada quadriênio e com previsão de término em 30 de junho de 2034. Em caso de não fornecimento dentro da faixa de tolerância, ficam sujeitas as partes a penalidade de multas por resolução. A faixa de tolerância da capacidade de fornecimento de energia contratada não pode ser inferior a 10% ou superior a 30%. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido um passivo</p>		
			<p><b>Luis Alberto Leal - Diretor Presidente</b>  <b>Thiago Cardoso T. Tavares - Diretor Financeiro</b>  <b>Murilo Moraes Pastrello</b>                  Gerente de Contabilidade - CRC nº 1SP285494</p>		
			<p>relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">Campinas, 30 de abril de 2025.</p> <p><b>ERNST &amp; YOUNG</b>                  Auditores Independentes                  CRC SP-027623/F</p> <p style="text-align: right;"><b>Cristiane Cléria S. Hilario</b>                  CRC SP-243766/O</p>		

# Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

**DIRETO NO SEU WHATSAPP**

Escaneie o QRCode e acesse o canal do JC





**ADS ER Eólica Corredor do Senades III S.A.**

O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre - PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. n) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. o) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) **Impostos correntes:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. p) **Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. 5. **Novas normas e interpretações:** 5.1. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** No exercício corrente, a Sociedade aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade. 5.2. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora controlada definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações

Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. 6. **Instrumentos financeiros:** As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Hierarquia	31/12/24		31/12/23	
	Valor justo contábil	Valor justo contábil	Valor justo contábil	Valor justo contábil
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.797	3.797	4.540
Contas a receber de clientes	2	3.205	3.205	3.078
Outros recebíveis	2	1.010	1.010	709
Títulos e valores mobiliários	2	10.779	10.779	9.628
		18.791	18.791	17.955
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	2	(316)	(316)	(85)
Empréstimos e financiamentos	2	(28.562)	(28.562)	(33.259)
Passivo de arrendamento	2	(1.449)	(1.449)	(1.380)
Dividendos a pagar	2	(2.220)	(2.220)	(1.624)
Outras contas a pagar	2	(4.689)	(4.689)	(3.613)
		(37.236)	(37.236)	(39.961)

(\*) Valor bruto de custo. O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: a) **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. b) **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. • Exposição a riscos de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/24	31/12/23
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	3.797	4.540
Contas a receber de clientes (nota 8)	3.205	3.078
Outros créditos (nota 9)	1.010	709
Títulos e valores mobiliários (nota 10)	10.779	9.628
	18.791	17.955

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuírem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. c) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. i) **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permanecem estáveis (CDI 12,15% ao ano de 2024), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$1.907. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/24	Risco	Exposição	Provável	25%		50%	
					Valor	%	Valor	%
Aplicações financeiras (*)	12,15%	Baixa	12.864	1.563	8,81%	1.133	5,88%	756
BNDES	12,15%	Alta	(28.562)	(3.470)	15,19%	(4.338)	18,23%	(5.205)
			(15.698)	(1.907)		(3.205)		(4.449)

(\*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras (nota explicativa 7) e Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 10). d) **Risco de liquidez:** Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. A tabela a seguir mostra em detalhes o

prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	316	316	-	-	-
Outras contas a pagar	6.695	6.695	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	28.562	5.045	9.910	13.607	-
Dividendos a pagar	2.220	2.220	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.494	187	373	934	-
Posição líquida	39.287	14.463	10.283	14.541	-

7. **Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	1.712	1.997
Aplicações financeiras (i)	2.085	2.543
	3.797	4.540

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 97% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2024 (98% e 100% em 2023) e com liquidez imediata. 8. **Contas a receber de clientes:**

	31/12/24	31/12/23
Direitos a faturar (i)	3.205	3.078
	3.205	3.078

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição. 9. **Outros créditos:**

	31/12/24	31/12/23
Ressarcimentos a receber (i)	904	623
Outros créditos a receber	106	86
	1.010	709

(i) Refere-se aos montantes apurados entre os valores pagos pelo cliente e faturados pela Companhia, o qual será ressarcido em até 24 meses. 10. **Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$10.779 (R\$9.628 em 31 de dezembro de 2023), a título de renda fixa que são remunerados em 99% do CDI em 31 de dezembro 2024 e 2023, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (nota explicativa nº 14), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais. 11. **Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento:** a) **Direito de uso de ativos, líquido - Terrenos:**

	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.338	1.338
Adições e remensurações	40	40
Depreciação	(58)	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.320	1.320
Depreciação	(59)	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.261	1.261

b) **Passivo de arrendamento - Terrenos:**

	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.473	1.473
Adições e remensurações	40	40
Juros incorridos	158	158
Pagamentos	(291)	(291)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.380	1.380
Juros incorridos	256	256
Pagamentos	(187)	(187)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.449	1.449
Circulante		37
Não circulante		1.412

12. **Imobilizado:**

	Desmobilização	Aerogera-dores e instalações	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	56.528	46	56.574
Aquisições	2.006	-	12	2.018
Depreciação	-	(3.611)	(11)	(3.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.006	52.917	47	54.970
Aquisições	-	-	174	174
Depreciação	-	(3.698)	(15)	(3.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.006	49.219	206	51.431

13. **Intangível:**

	Licenças de software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.039	2.039
Amortização	(172)	(172)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.867	1.867
Amortização	(174)	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.693	1.693

14. **Empréstimos e financiamentos:**

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/24	31/12/23
BNDES	TJLP +2,51% a.a	Set/2030	28.562	33.259
Circulante			5.045	5.030
Não circulante			23.517	28.229

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$69.697, com amortizações e juros mensais e vencimento final em 15 de setembro de 2030, sendo a primeira tranche no montante de R\$56.200 liberada no dia 29 de novembro de 2013. No dia 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a segunda tranche no montante de R\$13.034 e no dia 18 de agosto de 2017 liberou a terceira tranche no montante de R\$308. Em 27 de junho de 2018, foi liberada a quarta tranche no montante de R\$87 e em 24 de maio de 2019 foi liberada a quinta tranche no montante de R\$90, não havendo mais liberações para este contrato. a) **Movimentação:**

	31/12/24	31/12/23
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.807	37.807
Encargos provisão de juros	2.938	2.938
(-) Juros pagos	(2.955)	(414)
(-) Amortização do principal	(4.889)	(2.525)
(+/-) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos	358	358
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.259	33.259
Encargos provisão de juros	2.559	2.559
(-) Juros pagos	(2.583)	(2.583)
(-) Amortização do principal	(4.926)	(4.926)
(+/-) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos	253	253
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.562	28.562

b) **Garantias:** O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance*, ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. c) **Prazo de vencimento:** O montante registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	1.712	1.997
Aplicações financeiras (i)	2.085	2.543
	3.797	4.540

	31/12/24	31/12/23
2025	5.045	5.045
2026	4.955	4.955
2027 a 2030	18.562	18.562
	28.562	28.562

d) **Covenants:** Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa / Custo da dívida), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses. As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. 15. **Outras contas a pagar:**

	31/12/24	31/12/23
Antecipação CCEE	2.774	3.464
Ressarcimento CCEE (i)	1.894	-
Outros	21	149
Total - Circulante	4.689	3.613

(i) Refere-se ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato de fornecimento de energia elétrica com a CCEE. Mais detalhes, vide nota explicativa 26. 16. **Provisão para desmobilização:** Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso para desmantelamento, desinstalação e todos os demais gastos associados à remoção dos de ativos de longo prazo do Complexo Eólico devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu. A provisão para desmobilização foi efetuada com base na estimativa desses custos através de estatuação realizada no mercado dos gastos da operação. O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$2.006. 17. **Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais:** Os processos trabalhistas que se referem aos processos de indenização trabalhistas, conforme abaixo: a) **Composição:**

	31/12/24	31/12/23
Trabalhistas	-	177
<b>Movimentação:</b>		
Saldo inicial	177	156
Constituição de provisão	(189)	-
Atualização monetária	12	21
Saldo final	-	177

c) **Perdas possíveis, não provisionadas:** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui processos tributários com a probabilidade de perda possível no montante de R\$5.293 (R\$1.706 em 31 de dezembro de 2023). d) **Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais registrados no montante de R\$243 em 31 de dezembro de 2024 (R\$241 em 31 de dezembro de 2023). 18. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

	Ações	
	31/12/24	31/12/23
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senades S.A.	35.134.399	35.134.399
ADS Energias Renováveis S.A.	1	1
	35.134.400	35.134.400

b) **Reservas de lucros:** De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: i) **Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o montante de R\$277 (R\$151 em 31 de dezembro 2023). c) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	31/12/24	31/12/23
<b>Lucro líquido do exercício</b>	5.544	3.029
(-) Constituição da reserva legal	(277)	(151)
Base de cálculo dos dividendos	5.267	2.878
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	1.317	720

ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.			
	31/12/24	31/12/23	
Saldo inicial	171	178	Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	981	879	Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)
(-) Compensações com tributos federais (*)	(270)	(220)	35.134 35.134
(-) Antecipações/pagamentos no exercício	(734)	(666)	Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$
(=) Saldo final	148	171	0,16 0,09

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. **24. Seguros:** A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da Administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contratou os seguintes seguros: **Modalidade Vigência até: Cobertura**  
 Responsabilidade civil geral 14 de agosto de 2025 15.000  
 Riscos operacionais 31 de março de 2025 152.531

**25. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025. **26. Compromissos:** A Companhia possui contratos firmado com a CCEE que estabelecem o fornecimento mínimo de energia elétrica por 20 anos, sendo a garantia física do parque eólico de 13,2MW médio/mensal, recalculando o fornecimento mínimo a cada quadrênio e com previsão de término em 30 de junho de 2034. Em caso de não fornecimento dentro da faixa de tolerância, ficam sujeitas as partes a penalidade de multas por resolução. A faixa de tolerância da capacidade de fornecimento de energia contratada não pode ser inferior a 10% ou superior a 30%. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido um passivo relacionado ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato, enquanto em 31 de dezembro de 2023 não existiam passivos dessa natureza. Vide nota explicativa 15.

**23. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

**À Diretoria e Quotistas da ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 30 de abril de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

Campinas, 30 de abril de 2025.

**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes**  
 CRC SP-027623/F

**Luis Alberto Leal - Diretor Presidente**  
**Thiago Cardoso T. Tavares - Diretor Financeiro**  
**Murilo Morais Pastrello**  
 Gerente de Contabilidade - CRC nº 1SP285494

**Cristiane Cléria S. Hilario**  
 CRC SP-243766/O

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.  
**TUDO AO SEU ALCANCE,  
 NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se à informação com apenas um clique!

**Jornal do Comércio**  
 O Jornal de economia e negócios do RS



continuação ADS ER Eólica Corredor do Senades IV S.A.

qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. n) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. o) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) Impostos correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. p) Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. 5. Novas normas e interpretações: 5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: No exercício corrente, a Sociedade aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade. 5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrado em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacio-

nais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. 6. Instrumentos financeiros: As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Table with columns: Hierarquia, Valor justo, 31/12/24, Valor contábil, 31/12/23, Valor justo, 31/12/23. Rows include Ativos (Caixa e equivalentes, Contas a receber, etc.) and Passivos (Fornecedores, Empréstimos, etc.).

(\*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio do resultado 2) Custo amortizado. (\*\*) Valor bruto de custo. O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: Mensurados a valor justo por meio do resultado: Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado: Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: a) Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. b) Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. i) Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Table with columns: 31/12/24, 31/12/23. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Outros créditos, etc.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revisados sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuírem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. i) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,15% ao ano de 2023), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$2.169. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

Table with columns: Modalidade, Taxa efetiva em 31/12/24, Risco, Exposição, Provável, 25%, 50%. Rows include Aplicações financeiras, BNDS.

(\*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras evidenciados nas notas explicativas 8 e 9. d) Risco de liquidez: Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos

Table with columns: Fluxo de caixa, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos. Rows include Fornecedores, Outras contas a pagar, etc.

de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, Fornecedores: 291, Outras contas a pagar: 6.201, Empréstimos e financiamentos: 28.777, Dividendos a pagar: 2.206, Passivo de arrendamento: 1.178, Posição líquida: 38.653. Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/24 31/12/23. Caixa e bancos: 1.637, Aplicações financeiras (i): 492.

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados entre 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), em 2024 e 2023 com liquidez imediata. 8. Contas a receber de clientes: 31/12/24 31/12/23. Direitos a faturar (i): 3.735, 3.845.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2022, Adições e remensurações, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2023, etc. Rows include Adições e remensurações, Depreciação, etc.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2022, Adições e remensurações, Baixas, Juros incorridos, etc. Rows include Adições e remensurações, Baixas, Juros incorridos, Pagamentos, etc.

Moeda nacional BNDES (i) TJLP +2,51% a.a Set/2030 28.777 33.525. Circulante 5.085 5.073. Não Circulante 23.692 28.452. 28.777 33.525.

(i) Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$73.524, com amortização e juros mensais e com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$57.510, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$5.356, foi liberada em 27 de agosto de 2014, a terceira tranche, no montante de R\$7.703, foi liberada em 23 de dezembro de 2015, a quarta tranche no montante de R\$302, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019 foi liberada a última tranche no montante de R\$88. O valor do contrato foi alterado através do 1 Aditivo, passando de R\$73.524 para R\$71.039 e desta forma, não há mais valores a serem liberados para este contrato. a) Movimentação: Saldo em 31 de dezembro de 2022 38.135. Encargos provisão de juros 3.108. Atualizações monetárias 340. (-) Juros pagos (3.108). (-) Amortização do principal (4.950). Saldo em 31 de dezembro de 2023 33.525. Encargos provisão de juros 2.650. Atualizações monetárias 241. (-) Juros pagos (2.675). (-) Amortização do principal (4.964). Saldo em 31 de dezembro de 2024 28.777.

b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de project finance, ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. c) Prazo de vencimento: O montante registrado no passivo tem a seguinte composição a vencer, por ano de vencimento: 31/12/24 5.085, 2026 4.992, 2027 a 2030 18.700, 28.777. d) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa / Custo da Dívida), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia. 13. Outras contas a pagar: 31/12/24 31/12/23. Antecipação CCEE 3.476, Ressarcimento CCEE (i) 2.224, Outros 501, Total - Circulante 6.201, 3.851.

detalhes, vide nota explicativa 24. 14. Provisão para desmobilização: Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso para desmantelamento, desinstalação e todos os demais gastos associados à remoção dos de ativos de longo prazo do Complexo Eólico devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu. A provisão para desmobilização foi efetuada com base na estimativa desses custos através de cotação realizada no mercado dos gastos da operação. O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$2.206. 15. Provisões para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não é parte em ações judiciais ou processos administrativos perante tribunais ou órgãos governamentais. Não há questões tributárias, trabalhistas, civis ou outros assuntos decorrentes do curso normal das operações que envolvam a Companhia. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não há necessidade de constituir provisão para cobrir perdas estimadas, pois não existem ações em curso. a) Perdas possíveis, não provisionadas: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos tributários com uma probabilidade de perda possível no montante de R\$1.856 (não havia processos em 31 de dezembro de 2023). 16. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$39.087, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:

Table with columns: Ações 2024, Ações 2023. Rows include ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senades S.A., ADS ER Energias Renováveis S.A., Total.

b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: i) Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o montante de R\$218 (R\$114 em 2023) para reserva legal. ii) Reserva especial: Em 31 de dezembro de 2017, os administradores da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade e conforme o seu plano de investimento, destinou a parcela de 25% do lucro líquido ajustado, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$512, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202 § 4 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2024 e 2023 o saldo permanece igual. c) Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

Table with columns: 31/12/24, 31/12/23. Rows include Lucro líquido do exercício, (-) Constituição da reserva legal, Base de cálculo dos dividendos, Dividendos mínimos obrigatórios (25%), Saldo inicial, Constituição de dividendos mínimos obrigatórios, etc.

Table with columns: 31/12/24, 31/12/23. Rows include Receita bruta de vendas, Receita com venda de energia, Direitos a faturar, (-) Impostos sobre venda, Receita líquida de vendas, 18. Custo e despesas por natureza: Depreciação e amortização, Custos com serviços, etc.

19. Resultado financeiro: 31/12/24 31/12/23. Despesas financeiras: Juros sobre empréstimos e financiamentos (2.650) (3.087), Juros, taxas e comissões bancárias (83) (79), Juros passivos de arrendamento (156) (166), Atualizações monetárias (241) (340), (3.130) (3.672).

Receitas financeiras: Rendimentos de aplicação financeira 1.269 1.220. Resultado financeiro (1.861) (2.452). 20. Imposto de renda e contribuição social: i) Imposto de renda: 31/12/24 31/12/23. Receita bruta de vendas de energia 20.145 18.390, Direitos a fatura (207) 122, Total receita 19.938 18.512, Base de cálculo sobre receita bruta (8%) 1.595 1.481, Receita financeira 1.269 1.220, Base de cálculo do imposto de renda 2.864 2.701, Imposto de renda (15%) 430 405, Adicional imposto (10%) 262 245, Imposto de renda do exercício 69 650.

Table with columns: 31/12/24, 31/12/23. Rows include Receita bruta de vendas de energia, Direito a fatura, Total da receita bruta tributável, Base de cálculo sobre receita bruta (12%), Receita financeira, Base de cálculo da contribuição social, Contribuição social do exercício (9%), Imposto de renda e contribuição social do exercício, Imposto de renda e contribuição social a pagar.

ii) Contribuição social: 31/12/24 31/12/23. Receita bruta de vendas de energia 20.145 18.390, Direito a fatura (207) 122, Total da receita bruta tributável 19.938 18.512, Base de cálculo sobre receita bruta (12%) 2.393 2.221, Receita financeira 1.269 1.220, Base de cálculo da contribuição social 3.662 3.441, Contribuição social do exercício (9%) 330 310, Imposto de renda e contribuição social do exercício 1.022 961. iii) Imposto de renda e contribuição social a pagar: 31/12/24 31/12/23. IRPJ a pagar 57 103, CSLL a pagar 87 83, 144 186.

Saldo inicial 186 206. (+) Provisão IR/CS correntes no exercício 330 310. (-) Compensações com tributos federais (\*) 478 426. (-) Antecipações/pagamentos no exercício (850) (756). (=) Saldo final 144 186. 21. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. 31/12/24 31/12/23. Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia 4.342 2.289, Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) 39.137 39.137, Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$ 0,11 0,06. Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois

continuação ◀

ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A.

não há ações com possível efeito diluidor. **22. Seguros:** A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contratou os seguintes seguros que englobam todos os parques eólicos da ADS:

Modalidade	Vigência até:	Cobertura
Responsabilidade civil geral	14 de agosto de 2025	15.000
Riscos operacionais	31 de março de 2025	152.531

**23. Compromissos:** A Companhia possui contratos firmado com a CCEE que estabelecem o fornecimento mínimo de energia elétrica por 20 anos, sendo a garantia física do parque eólico de 12,9MW médio/mensal, recalculando o fornecimento mínimo a cada quadriênio e com previsão de término em 30 de junho de 2034. Em caso de não fornecimento dentro da faixa de tolerância, ficam sujeitas as partes a penalidade de multas por resolução. A faixa de tolerância da capacidade de fornecimento de energia contratada não pode ser inferior a 10% ou superior a 30%. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido um passivo relacionado ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato, enquanto em 31 de dezembro de 2023 não existiam passivos dessa natureza. Vide nota explicativa 14. **24. Aprovação das demonstrações financeiras** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025.

**Luis Alberto Leal - Diretor Presidente**  
**Thiago Cardoso T. Tavares - Diretor Financeiro**  
**Murilo Moraes Pastrello**  
 Gerente de Contabilidade - CRC nº 1SP285494

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

À Diretoria e Quotistas da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas outro auditor independente que emitiu relatório datado em 30 de abril de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2025.

**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes**  
 CRC SP-027623/F

**Cristiane Cléria S. Hilario**  
 CRC SP-243766/O

# Jornal do Comércio

## PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

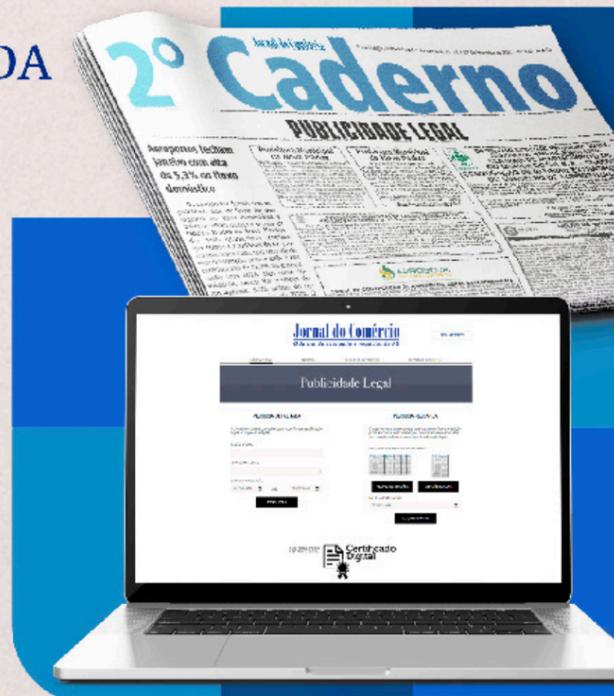
O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



**ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.**

**WHATSAPP: (51) 3213-1342**  
**E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR**

LEIA O QR CODE





continuação ◀

**ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.**

à propriedade ou controle efetivo sobre as energias vendidas. • O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. A receita proveniente da venda de energia é reconhecida quando as energias são geradas e disponibilizadas e a titularidade/controlado é transferida. A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloadada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre - PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. n) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. o) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) **Impostos correntes:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. p) **Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **5. Novas normas e interpretações:** 5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. 5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:**

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **6. Instrumentos financeiros:** As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

	31/12/24		31/12/23	
Hierarquia	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	4.405	4.405	3.949
Contas a receber de clientes	2	3.692	3.692	3.173
Partes relacionadas	2	-	-	898
Outros recebíveis	2	1.406	1.406	107
Títulos e valores mobiliários	2	14.417	14.417	14.640
		<b>23.920</b>	<b>23.920</b>	<b>22.767</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	2	(260)	(260)	(69)
Empréstimos e financiamentos	2	(30.793)	(30.793)	(35.857)
Passivo de arrendamento	2	(1.515)	(1.515)	(1.421)
Dividendos a pagar	2	(2.191)	(2.191)	(2.476)
Outras contas a pagar	2	(4.638)	(4.638)	(3.464)
		<b>(39.397)</b>	<b>(39.397)</b>	<b>(43.287)</b>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: instrumentos cujos valores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: a) **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. b) **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/24	31/12/23
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	4.405	3.949
Contas a receber de clientes (nota 9)	3.692	3.173
Partes relacionadas (nota 8)	-	898
Outros créditos	1.406	107
Títulos e valores mobiliários (nota 10)	14.417	14.640
	<b>23.920</b>	<b>22.767</b>

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revisados sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. c) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. i) **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (DI 12,15% ao ano de 2024), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$1.626. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/24			Risco	Exposição	Provável	25%		50%	
	%	Valor	%				Valor	%	Valor	
Aplicações financeiras (*)	12,15%		Baixa		17.414	2.116	8,81%	1.534	5,88%	1.024
Empréstimos e financiamentos	12,15%		Alta		(30.793)	(3.741)	15,19%	(4.677)	18,23%	(5.612)
					<b>(13.379)</b>	<b>(1.626)</b>		<b>(3.143)</b>		<b>(4.588)</b>

(\*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários evidenciados nas notas explicativas 7 e 10. d) **Risco de liquidez:** Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024	Fluxo de caixa		Entre um e dois anos		Entre dois e cinco anos		Acima de cinco anos	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Entre cinco e dez anos	Acima de dez anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	
Fornecedores	260	260	-	-	-			
Empréstimos e financiamentos	30.793	5.439	5.342	5.342	14.670			
Dividendos a pagar	2.191	2.191	-	-	-			
Passivo de arrendamento	1.594	199	399	996	-			
Outras contas a pagar	6.844	6.844	-	-	-			
Posição líquida	<b>34.838</b>	<b>8.089</b>	<b>5.741</b>	<b>6.338</b>	<b>14.670</b>			

**7. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	1.408	2.031
Aplicações financeiras (i)	2.997	1.918
	<b>4.405</b>	<b>3.949</b>

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados em 99% em 31 de dezembro de 2024 (99% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata. **8. Partes relacionadas:** a) **Partes relacionadas:**

	Outras contas a receber		Dividendos a pagar	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
ADS Complexo Eólicos Corredor dos Senandes	-	898	2.191	2.476
		<b>898</b>	<b>2.191</b>	<b>2.476</b>

b) **Remuneração da Administração:** Considerando que os administradores da Companhia são pagos pelo Grupo NC, não existem valores de remuneração pagos a pessoas físicas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **9. Contas a receber de clientes:**

Direitos a faturar (i)	31/12/24		31/12/23	
	3.692	3.173	3.692	3.173
(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há saldos vencidos nas contas a receber. Além disso, não há risco de perda associado aos valores registrados. Portanto, não foi constituída nenhuma provisão para perdas. <b>10. Títulos e valores mobiliários:</b> Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$14.417 (R\$14.640 em 31 de dezembro de 2023), a título de renda fixa que são remunerados em 99% do CDI em 31 de dezembro 2024 e 2023, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota 13), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais. <b>11. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento:</b> a) <b>Direito de uso de ativos líquido:</b>				

	Terrenos	Veículos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	1.382	54	1.436
Adições e renovações	54	75	129
Depreciação	(59)	(58)	(117)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	1.377	71	1.448
Adições e renovações	-	9	9
Depreciação	(59)	(56)	(115)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	1.318	24	1.342

	Terrenos	Veículos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	1.520	56	1.576
Adições e renovações	54	75	129
Juros incorridos	169	5	174
Pagamentos	(199)	(62)	(261)
Baixas	(176)	(21)	(197)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	1.368	53	1.421
Adições e renovações	-	9	9
Juros incorridos	343	3	346
Pagamentos	(199)	(62)	(261)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	1.512	3	1.515

**12. Imobilizado:**

	Desmobilização	Edificações e Máquinas instala-ções	Equipamentos	Obras em andamento	Total	
					31/12/24	31/12/23
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	70.122	1.158	-	71.280	
Aquisições	2.206	115	135	-	2.456	
Depreciação	-	(4.738)	(230)	-	(4.968)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	2.206	65.499	1.063	-	68.768	
Aquisições	-	-	193	590	783	
Depreciação	-	(4.875)	(214)	-	(5.089)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	2.206	60.624	1.042	590	64.462	

**13. Empréstimos e financiamentos:**

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/24	31/12/23
<b>Moeda nacional</b>				
BNDES	TJLP +2,51% a.a.	Set/30	30.793	35.857
<b>Circulante</b>			5.439	5.423
<b>Não circulante</b>			25.354	30.434

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$77.167, com amortizações e juros mensais e vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$65.030, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$11.607, foi liberada em 27 de agosto de 2014, e a terceira tranche, no montante de R\$322, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019, foi liberada a última tranche, no valor de R\$94, não havendo mais saldos a serem liberados em 2024. a) **Movimentação:**

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Encargos provisão de juros	3.168	3.168	3.168
(-) Juros pagos	(3.186)	(3.186)	(3.186)
(-) Amortização do principal	(5.271)	(5.271)	(5.271)
(+/-) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos	385	385	385
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	35.857	35.857	35.857
Encargos provisão de juros	2.760	2.760	2.760
(-) Juros pagos	(2.785)	(2.785)	(2.785)
(-) Amortização do principal	(5.311)	(5.311)	(5.311)
(+/-) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos	272	272	272
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	30.793	30.793	30.793

b) **Garantias:** O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance* ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. c) **Prazo de**

**vencimento:** O montante classificado no passivo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/24	31/12/23
2026	5.342	
2027	5.342	
2028 a 2030	14.670	
	<b>25.354</b>	

d) **Covenants:** Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa / Custo de dívida)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia. **14. Outras contas a pagar:**

	31/12/24	31/12/23
Antecipação CCEE	3.123	3.373
Ressarcimento CCEE (i)	1.468	-
Outros	47	91
	4.638	3.464

(i) Refere-se ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato de fornecimento de energia elétrica com a CCEE. Mais detalhes, vide nota explicativa 26. **15. Provisão para desmobilização:** Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso para desmantelamento, desinstalação e todos os demais gastos associados à remoção dos de ativos de longo prazo do Complexo Eólico devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu. A provisão para desmobilização foi efetuada com base na estimativa desses custos através de cotação realizada no mercado dos gastos da operação. O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$2.206. **16. Provisões para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue: a) **Composição:**

	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Contingências trabalhistas	31	98	-	(36)	31	62

		ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.			
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
<b>22. Imposto de renda e contribuição social:</b> a) <b>Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:</b> i) <b>Imposto de renda:</b>					
Base de cálculo da contribuição social		4.031	3.875		
Contribuição social do exercício (9%)		(362)	(349)		
Total imposto de renda e contribuição social		(1.158)	(1.122)		
b. <b>Imposto de renda e contribuição social a pagar:</b>					
		31/12/24	31/12/23		
IRPJ a pagar		70	99		
CSLL a pagar		99	89		
		169	188		
		31/12/24	31/12/23		
Saldo inicial		188	180		
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício		1.158	1.122		
(-) Compensações com tributos federais		(292)	(343)		
(-) Antecipações/pagamentos no exercício		(885)	(771)		
(=) Saldo final		169	188		
<b>23. Lucro por ação:</b> O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.					
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia		3.396	4.599		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)		54.192	54.192		
Lucro básico por ação - R\$		0,06	0,08		
Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. <b>24. Seguros:</b> A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes seguros:					
<b>Modalidade</b>	<b>Vigência até:</b>	<b>Cobertura</b>			
Responsabilidade civil geral	14 de agosto de 2025	15.000			
Riscos operacionais	31 de março de 2025	152.531			
<b>25. Aprovação das demonstrações financeiras:</b> A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025. <b>26. Compromissos:</b> A Companhia possui contratos firmado com a CCEE que estabelecem o fornecimento mínimo de energia elétrica por 20 anos, sendo a garantia física do parque eólico de 13.8MW médio/mensal, recalculando o fornecimento mínimo a cada quadriênio e com previsão de término em 30 de junho de 2034. Em caso de não fornecimento dentro da faixa de tolerância, ficam sujeitas as partes a penalidade de multas por resolução. A faixa de tolerância da capacidade de fornecimento de energia contratada não pode ser inferior a 10% ou superior a 30%. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido um passivo relacionado ao não atingimento dos limites da faixa de tolerância do contrato, enquanto em 31 de dezembro de 2023 não existiam passivos dessa natureza. Vide nota explicativa 14.					
<b>Luis Alberto Leal - Diretor Presidente</b> <b>Thiago Cardoso T. Tavares - Diretor Financeiro</b> <b>Murilo Morais Pastrello</b> <i>Gerente de Contabilidade - CRC nº 1SP285494</i>					

continuação

À Diretoria e Quotistas da ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

**correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas outro auditor independente que emitiu relatório datado em 30 de abril de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível

de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação

do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2025.

**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes**  
 CRC SP-027623/F

**Cristiane Cléria S. Hilario**  
 CRC SP-243766/O

# Jornal do Comércio

## O CONTEÚDO QUE FAZ A DIFERENÇA NO SEU DIA A DIA




Escaneie o QRCode e acesse o canal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

<b>QUERO QUERO</b>	<b>LOJAS QUERO-QUERO S.A.</b> Companhia Aberta CNPJ sob n.º 96.418.264/0218-02   NIRE n.º 4330002898-4	<b>LJQQ3</b> B3 LISTED
<p><b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025</b></p> <p><b>DATA, HORA E LOCAL:</b> No dia 30 de abril de 2025, às 9:00, no Auditório das Lojas Quero-Quero S.A. (Companhia), localizada na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Tapajós nº 15, sala 301, CEP 94910-220. <b>CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:</b> O Edital de Convocação foi publicado nos dias 31 de março de 2025 e 1º e 2 de abril de 2025, no jornal "Jornal do Comércio" nas páginas 15, 3 e 1 do 2º Caderno Digital, respectivamente, conforme o disposto no artigo 124, caput e inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram publicadas no dia 21 de março de 2025, no jornal "Jornal do Comércio", nas páginas 2 a 8 do 2º Caderno Digital. Os documentos acima referidos também foram disponibilizados na sede da Companhia, bem como nos websites da CVM, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e de RI da Companhia. Foram também divulgados ao mercado, eletronicamente, as referidas demonstrações financeiras e os demais documentos exigidos pela Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"). <b>PRESEÇA:</b> Em Assembleia Geral Ordinária, presentes acionistas da Companhia representando 53,94% (cinquenta e três vírgula noventa e quatro por cento) do capital social com direito a voto, e, em Assembleia Geral Extraordinária, presentes acionistas da Companhia representando 53,97% (cinquenta e três vírgula noventa e sete por cento) do capital social com direito a voto, conforme (i) assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, nos termos do artigo 47, inciso I, da RCVM 81; e (ii) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia, nos termos do artigo 47, inciso II, da RCVM 81. Presentes também (a) Flávio Benício Jansen Ferreira, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria, (b) Peter Takaharu Furukawa, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente, (c) Matheus Becalli, presidente do Conselho Fiscal; (d) Jean Pablo de Mello, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, bem como (e) Arthur Arruda, Sandra Artus, Alexandre Sehnem, representantes da Ernst &amp; Young, auditores independentes da Companhia. De acordo com os registros de presença, não foi alcançado o quórum de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto da Companhia, o qual se fazia necessário para a deliberação dos itens constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária. Porém, estão presentes acionistas representando mais que 1/4 (um quarto) do capital social votante da Companhia, portanto a presente assembleia é instalada para deliberar exclusivamente os itens da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, constantes do edital de convocação desta assembleia. A administração da Companhia realizará oportunamente segunda convocação para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, constante do edital de convocação desta assembleia. <b>MESA:</b> Presidente: Flávio Benício Jansen Ferreira; Secretário: Guilherme Martins Bouzan. <b>ORDEM DO DIA:</b> Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme proposta da administração; e (iii) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025, conforme proposta da administração. <b>DELIBERAÇÕES:</b> Após discussão, os acionistas deliberaram: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, com 100.819.631 (cem milhões oitocentos e dezoito mil seiscentos e trinta e um) votos a favor, 500 (quinhentos) votos contra e 10.787.669 (dez milhões setecentas e oitenta e sete mil seiscentos e sessenta e nove) abstenções, as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) aprovar, por maioria dos votos, com 111.601.469 (cento e onze milhões seiscentos e um mil quatrocentos e sessenta e nove) votos a favor, 500 (quinhentos) votos contra e 5.831 (cinco mil oitocentas e trinta e uma) abstenções, a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 145.871,65 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), da seguinte forma: (i) R\$ 7.293,58 (sete mil duzentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos) para a constituição da reserva legal; (ii) R\$ 34.644,52 (trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) a título de dividendo obrigatório (já declarados e pagos, considerando que o valor líquido dos juros sobre capital próprio declarados na reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2024 e pagos aos acionistas em 31 de janeiro de 2025 foram imputados ao dividendo obrigatório); e (iii) R\$ 103.933,55 (cento e três mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) para a constituição de reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão"; (iii) aprovar, por maioria dos votos, com 111.553.286 (cento e onze milhões quinhentos e cinquenta e três mil duzentos e oitenta e seis) votos a favor, 49.840 (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta) votos contra e 4.674 (quatro mil seiscentos e setenta e quatro) abstenções, o montante de R\$ 31.385.518,45 (trinta e um milhões trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos), como limite global da remuneração dos administradores para o exercício social de 2025. Fica consignado que caberá ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre a distribuição da remuneração individualmente entre os membros da administração da Companhia. (iv) Por solicitação de acionistas representando o quórum mínimo exigido pelo artigo 2º da Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, qual seja, 2% (dois por cento) das ações da Companhia com direito a voto, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2025. Solicitada a indicação de candidatos, não houve qualquer manifestação pelos acionistas, de forma que restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal. <b>ENCERRAMENTO:</b> Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Na forma do referido artigo da Lei das Sociedades por Ações, protestos, dissidências e manifestações foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e arquivados na Companhia. A ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Cachoeirinha, 30 de abril de 2025. <b>Mesa:</b> Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente, Guilherme Martins Bouzan - Secretário. <b>Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.</b> Certificado registro sob o nº 11056796 em 19/05/2025 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 251615634 - 08/05/2025. Autenticação: B12816438FBEA34E8CBF8FCA5454AF9E88B06B70. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.</p>		

**Jornal do Comércio 91**  
O jornal de economia e negócios do RS

## Com o JC a informação chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300  
WhatsApp: (51) 3213.1397  
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

ASSINE AGORA



# PUBLICIDADE LEGAL

<b>LOJAS QUERO-QUERO</b>	<b>LOJAS QUERO-QUERO S.A.</b>	<b>LJQQ3</b>
<small>LOJAS QUERO-QUERO S.A. - Cnpj 96.418.264/0218-02</small>	<small>Companhia Aberta</small>	<small>B3 LISTED</small>
<small>CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02   NIRE nº 4330002898-4</small>		
<b>ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2025</b>		
<p><b>Data, Hora e Local:</b> Realizada de forma presencial no dia 7 de maio de 2025, às 9:00, na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha 1943. <b>Convocação:</b> Reunião agendada dentro do cronograma anual de reuniões 2025. <b>Presença:</b> Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como o seguinte membro da organização interna da Companhia: Diego Tristão. <b>Composição da Mesa:</b> Presidente: Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira; Secretário: Sr. Jean Pablo de Mello. <b>Ordem do Dia:</b> Deliberar sobre a tomada de dívida de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). <b>Deliberações:</b> Após discussão, os membros do Conselho de Administração, aprovaram, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas a tomada de dívida no montante de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). <b>Encerramento:</b> Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por meio de plataforma digital por todos, respeitados os termos do parágrafo 6º do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. <b>Assinaturas: Mesa:</b> Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. <b>Conselheiros:</b> Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente; Christiano Antoniazzi Galló – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; Guilherme Yuiti Miazaqui – Membro Independente; Jorge Fernando Herzog – Membro Independente; Leila Harumi Nakashima – Membro Independente e Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 7 de maio de 2025. <b>Mesa:</b> Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente, Jean Pablo de Mello - Secretário. <b>Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.</b> Certifico registro sob o nº 11064365 em 22/05/2025 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 251689786 - 13/05/2025. Autenticação: 123282E754247ACD89D772FD81A35E4472A90DD. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.</p>		

## Jornal do Comércio

**ANUNCIE NO JC**  
 O ALCANCE QUALIFICADO  
 QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM  
 CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



# PUBLICIDADE LEGAL

## BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF 05.040.481/0001-82 - NIRE nº 43.300.041.875

Ata Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de Abril de 2025

**1. Data, Horário e Local:** Em 25 de abril de 2025, às 12 horas, na sede do Banco de Lage Landen Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Soledade, nº 550, 8º andar, bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90470-340. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em razão da presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. José Luís Souza de Campos, e secretariado pelo Sr. Anderson Juliano dos Santos. **4. Ordem do Dia: (1)** Aprovar a 3ª (terceira) emissão para distribuição pública, pela Companhia, de letras financeiras, da espécie quirografária, sem cláusula de subordinação, não conversíveis em ações da Companhia, em até 3 (três) séries, nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24 de março de 2022 ("Resolução CMN 5.007"), as quais serão objeto de oferta pública, não sujeita a registro pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), e da Resolução da CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Letras Financeiras", "Emissão" e "Oferta", respectivamente); **(2)** autorizar a Diretoria da Companhia a (i) negociar e assinar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da deliberação proposta; (ii) contratar instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários para coordenar e distribuir a Oferta ("Coordenadores") e todos os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo mas não se limitando ao agente que representará a comunhão dos titulares das Letras Financeiras ("Agente" e "Titulares", respectivamente) e aos assessores legais, podendo, para tanto, negociar e celebrar os respectivos contratos; (iii) independentemente de nova deliberação societária da Companhia, em decorrência do resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), fixar a quantidade de Letras Financeiras em cada uma das séries e a sua respectiva remuneração, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida; e (iv) caso as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, observada o Montante Mínimo. (a) a Companhia deverá cancelar o referido saldo, sendo que o o Instrumento de Emissão e o DIE-LF deverão prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou (b) em caso de não integralização por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, a Companhia e o Agente poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF, sem necessidade de assembleia de titulares de Letras Financeiras ou qualquer outra aprovação societária da Companhia, para (b.i) prever a emissão de nova(s) série(s) de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário; ou (b.ii) cancelar as Letras Financeiras não integralizadas; e **(3)** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou de seus procuradores relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: (1) aprovar a Emissão, pela Companhia, das Letras Financeiras, as quais serão objeto da Oferta a ser realizada nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características principais, que serão detalhadas em instrumento da Emissão, a ser celebrado após o Procedimento de Bookbuilding, conforme abaixo definido, ("Instrumento de Emissão"): (i) Número da Emissão. A Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de Letras Financeiras da Companhia; (ii) Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será definida no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); (iii) Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente destinados para usos corporativos gerais da Companhia, em conformidade com seu estatuto social; (iv) Séries. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries, conforme vier a ser determinado no Procedimento de Bookbuilding. A alocação das Letras Financeiras entre as séries da Emissão ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, observado que a quantidade de Letras Financeiras de quaisquer séries deverá ser diminuída da quantidade total de Letras Financeiras, limitando, portanto, a quantidade de Letras Financeiras a ser alocada na outra série, de forma que a soma das Letras Financeiras alocadas em cada uma das séries efetivamente emitida deverá corresponder à quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão. Não haverá quantidade mínima ou máxima de Letras Financeiras ou valor mínimo ou máximo para alocação entre as séries, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida; e (d) da remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série, das Letras Financeiras da 2ª Série e das Letras Financeiras da 3ª Série, conforme aplicável. O resultado do Procedimento de Bookbuilding constará do Instrumento de Emissão; (v) Espécie. As Letras Financeiras não contarão com nenhuma garantia e não possuirão cláusula de subordinação; (vi) Conversibilidade. As Letras Financeiras não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (vii) Colocação. As Letras Financeiras serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, com intermediação dos Coordenadores, sob o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Letras Financeiras, nos termos previstos no "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Letras Financeiras, Sob Regime de Melhores Esforços, da 3ª (Terceira) Emissão do Banco de Lage Landen Brasil S.A.", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Companhia ("Contrato de Distribuição"), tendo investidores em geral como público-alvo. Será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, observado que a Oferta somente será efetivada se houver a distribuição de, no mínimo, 9.000 (nove mil) Letras Financeiras, equivalente a R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido), observada a alocação a ser definida no âmbito do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) ("Montante Mínimo"). A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Letras Financeiras, desde que haja a colocação do Montante Mínimo, sendo que as Letras Financeiras que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Companhia, nos termos a serem definidos no Instrumento de Emissão; (viii) Coleta de Intenções de Investimento. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação e a definição, conforme o caso, com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"): (a) do Valor Total da Emissão; (b) da realização da Emissão em três séries, em duas séries ou em série única; (c) se a Emissão for realizada em mais de uma série, da quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada uma delas ("Letras Financeiras da 1ª Série", "Letras Financeiras da 2ª Série" e "Letras Financeiras da 3ª Série", respectivamente), a ser definida através de sistema de vasos comunicantes, desde que seja atingido o Montante Mínimo (conforme abaixo definido) e definida a quantidade de Letras Financeiras objeto da Emissão nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida; e (d) da remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série, das Letras Financeiras da 2ª Série e das Letras Financeiras da 3ª Série, conforme aplicável. O resultado do Procedimento de Bookbuilding constará do Instrumento de Emissão; (ix) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização. As Letras Financeiras serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo); (x) Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será definida no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); (xi) Depósito para distribuição e negociação. As Letras Financeiras serão depositadas para distribuição no mercado primário e secundário exclusivamente por meio do CETIP21 Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), observado que (i) a liquidação financeira e a custódia eletrônica das Letras Financeiras serão realizadas na B3; e (ii) a negociação das Letras Financeiras deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis; (xii) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de até R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões reais), observado o montante mínimo de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) ("Montante Mínimo"), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); (xiii) Quantidade. Serão emitidas até 15.000 (quinze mil) Letras Financeiras, observada a possibilidade de distribuição parcial e o Montante Mínimo. A quantidade de Letras Financeiras a serem emitidas, bem como a quantidade alocada em cada série, serão definidas por meio da realização do Procedimento de Bookbuilding, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida, e o eventual saldo de Letras Financeiras não distribuído no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Companhia ou de realização de assembleia de Titulares; (xiv) Registro e Escrituração. O registro das Letras Financeiras será realizado pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., de acordo com a regulamentação

aplicável e com os termos do Instrumento de Emissão, representando perante a Companhia os interesses da comunhão de Titulares de Letras Financeiras; (xv) Valor Nominal Unitário. As Letras Financeiras terão valor nominal unitário de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (xvi) Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, o vencimento (a) das Letras Financeiras da 1ª Série ocorrerá em 2 (dois) anos e 10 (dez) dias contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 1ª Série"); (b) das Letras Financeiras da 2ª Série ocorrerá em 3 (três) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 2ª Série"); e (c) das Letras Financeiras da 3ª Série ocorrerá em 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 3ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série e a Data de Vencimento da 2ª Série, as "Datas de Vencimento" e, indistintamente, uma "Data de Vencimento"); (xvii) Pagamento do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série, o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série e o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série serão amortizados, cada um, em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento da 1ª Série, na Data de Vencimento da 2ª Série e na Data de Vencimento da 3ª Série, respectivamente; (xviii) Remuneração. A remuneração das Letras Financeiras obedecerá ao disposto nos itens "a", "b" e "c" abaixo: a. Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série. (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série não será atualizado monetariamente; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa limitada a 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, de acordo com a fórmula descrita no Instrumento de Emissão ("Remuneração da 1ª Série"); b. Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série. (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série não será atualizado monetariamente; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa limitada a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, de acordo com a fórmula a ser descrita no Instrumento de Emissão ("Remuneração da 2ª Série"); e c. Remuneração das Letras Financeiras da 3ª Série. (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série não será atualizado monetariamente; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa limitada a 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, de acordo com a fórmula descrita no Instrumento de Emissão ("Remuneração da 3ª Série" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série, "Remuneração"); (xix) Pagamento de Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, a Remuneração da 1ª Série, a Remuneração da 2ª Série e a Remuneração da 3ª Série serão pagas integralmente nas respectivas Datas de Vencimento; (xx) Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado de qualquer das Letras Financeiras, nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 5.007, exceto para fins de imediata troca por outras letras financeiras de emissão da Companhia, nas hipóteses e condições previstas no artigo 5º da Resolução CMN 5.007; (xxi) Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada; (xxii) Recompra Facultativa. Uma vez que as Letras Financeiras serão emitidas sem cláusula de subordinação, a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Letras Financeiras, desde que por meio da B3, para permanência em tesouraria e venda posterior, no montante de até 5% (cinco por cento) do valor contábil das letras financeiras sem cláusula de subordinação de emissão da Companhia, conforme disposto no artigo 10º, inciso I e parágrafo primeiro, da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras adquiridas por entidades integrantes do conglomerado prudencial da Companhia e as demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto da Companhia devem ser consideradas no cômputo do limite de que trata esta Cláusula, nos termos do artigo 10º, parágrafo segundo, da Resolução CMN 5.007; (xxiii) Garantias. As Letras Financeiras não contarão com garantias de nenhuma natureza e/ou qualquer preferência (dívida quirografária), como também não contarão com cláusula de subordinação; (xxiv) Eventos de Crédito e Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto no Instrumento de Emissão, depois de implementada a condição suspensiva de exigibilidade de vencimento antecipado ali prevista, serão declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Letras Financeiras, podendo os seus Titulares exigir o pagamento, pela Companhia, dos valores devidos nos termos do Instrumento de Emissão, na ocorrência de qualquer dos eventos de crédito e conforme procedimentos a serem previstos no Instrumento de Emissão; (xxv) Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Letras Financeiras, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Titulares de Letras Financeiras, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), ambos calculados sobre o montante devido e não pago; (xxvi) Demais Condições. As demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Letras Financeiras constarão do Instrumento de Emissão e do DIE-LF. (2) Autorizar a Diretoria e os procuradores legais da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social e da procuração legal outorgada, a (i) negociar e assinar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo o Instrumento de Emissão, o Contrato de Distribuição e seus respectivos aditamentos, e praticar todos os atos necessários à efetivação da deliberação prevista acima; (ii) contratar os Coordenadores e todos os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo mas não se limitando ao Agente, e aos assessores legais, podendo, para tanto, negociar e celebrar os respectivos contratos; (iii) independentemente de nova deliberação societária da Companhia, em decorrência do resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), fixar a quantidade de Letras Financeiras em cada uma das séries e a sua respectiva remuneração, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida; e (iv) caso as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, observada o Montante Mínimo, (a) a Companhia deverá cancelar o referido saldo, sendo que o o Instrumento de Emissão e o DIE-LF deverão prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou (b) em caso de não integralização por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, a Companhia e o Agente poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF, sem necessidade de assembleia de titulares de Letras Financeiras ou qualquer outra aprovação societária da Companhia, para (b.i) prever a emissão de nova(s) série(s) de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário; ou (b.ii) cancelar as Letras Financeiras não integralizadas; e (3) Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou de seus procuradores relacionados às deliberações acima. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais se havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S.A., que lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** José Luís Souza de Campos, Presidente e Anderson Juliano dos Santos, Secretário. **Acionistas:** (1) De Lage Landen Participações Ltda., neste ato representada por seus diretores José Luís Souza de Campos e Juliana Gilioli, e (2) De Lage Landen Corporate Finance B.V., neste ato representada por seus procuradores José Luís Souza de Campos e Anderson Juliano dos Santos. Porto Alegre (RS), 25 de abril de 2025. **Mesa: José Luís Souza de Campos - Presidente; Anderson Juliano dos Santos - Secretário. Acionistas: De Lage Landen Participações Ltda. - De Lage Landen Corporate Finance B.V. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - Certifico registro sob o nº 11073443 em 26/05/2025 da Empresa BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A., CNPJ 05040481000182 e Protocolo 251756793 - 15/05/2025. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**